



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 149

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA	Capa
TAQUIGRAFIA	3018
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3042
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3042
ADVOCACIA GERAL	3043
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	3044

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA QUIQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pela Senhora Deputada Glaucione – 2ª Secretária; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Ezequiel Júnior, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lázinho da Fetagro, Léo Moraes, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhoras Deputadas Glaucione, Rosângela Donadon e Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Airton Gurgacz, Edson Martins, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Lebrão, Luizinho Goebel e Ribamar Araújo. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi aprovado em segunda discussão e votação, pelo processo de

votação simbólica, por maioria de votos o **Projeto de Lei nº 048/15** de autoria da Deputada Glaucione que “Dispõe sobre a presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Rondônia”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 09 de setembro, no horário regimental, às 09:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às dezoito horas e cinquenta e seis minutos do dia oito de setembro do ano dois mil e quinze.

ATA DA QUIQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, às treze horas, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pela Senhora Deputada Rosângela Donadon – 4ª Secretária; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lázinho da Fetagro, Léo Moraes, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhoras Deputadas Rosângela Donadon e Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Airton Gurgacz, Jean Oliveira, Lebrão, Luizinho Goebel e Senhora Deputada Glaucione. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados em discussão única e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manweiler*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

de votos os **Projetos de Decretos Legislativos** de autoria do Deputado Herminio Coelho n.ºs.: **014/15** que “Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça Eriberto Gomes Barros”, com 19(dezenove) votos; **017/15** que “Concede Título Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça Anderson Batista de Oliveira”, com 18(dezoito) votos; **018/15** que “Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça Otávio Xavier de Carvalho Júnior”, com 18(dezoito) votos. Foi **aprovado** em **primeira** discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta de votos o **Projeto de Lei Complementar nº 029/15** de autoria do Ministério Público que “Dispõe sobre a alteração de cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia e dá outras providências”, com 18(dezoito) votos. Foram aprovados em **primeira** discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos os seguintes **Projetos de Leis Ordinárias** n.ºs.: **068/15** de autoria do Poder Executivo/M 069 que “Altera dispositivos da Lei nº 1473, de 13 de maio de 2005 que Concede Crédito Presumido nas Operações de saída interestadual de mercadoria importada do exterior”; **086/15** de autoria do Deputado Aécio da TV que “Institui a Região Metropolitana de Porto Velho, e dá outras providências”; **095/15** de autoria do Poder Executivo/M 087 que “Altera dispositivo da Lei nº 1978, de 11 de novembro de 2008”; **104/15** de autoria da Deputada Rosângela Donadon que “Institui a Semana Estadual de Saúde do Trabalhador na Agricultura Familiar”; **113/15** de autoria do Deputado Dr. Neidson que “Disciplina sobre o sistema de inclusão e exclusão dos nomes de consumidores nos cadastros de proteção ao crédito”; **115/15** de autoria do Deputado Laerte Gomes que “Dispõe sobre a isenção do pagamento de Licenciamento Ambiental para Prefeituras Municipais, Órgãos Públicos do Estado e Autarquias”; **138/15** de autoria do Poder Executivo/M 152 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional até o montante de R\$ 17.964.522,54 em favor da unidade orçamentária Tribunal de Justiça”; **140/15** de autoria do Poder Executivo/M 154 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional por anulação, até o montante de R\$ 2.818.245,15 em favor das unidades orçamentárias Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer – SECEL e Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS”; **160/15** de autoria do Poder Executivo/M 172 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional por anulação, até o montante de R\$ 18.930.192,41 em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES”; **161/15** de autoria do Poder Executivo/M 173 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 13.665.397,68 em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES”; **164/15** de autoria do Poder Executivo/M 177 que “Altera a Lei nº 3402, de 30 de junho de 2014 que Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER/RO a proceder à contratação de pessoal para a execução de atividades de manutenção, conservação e operacionalização aeroportuária por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”; **168/15** de autoria do Deputado Jesuino Boabaid que “Institui o Dia do Policial Militar e do Bombeiro Militar da Reserva Remunerada ou Reformado, no âmbito do Estado de Rondônia”. Foi **aprovada** em primeira

discussão e votação, pelo processo de votação nominal, pelo quórum qualificado de 2/3, a **Proposta de Emenda Constitucional nº 010/15** de autoria do Deputado Maurão de Carvalho que “Revoga o artigo 99-A e parágrafo único da Constituição Estadual”, com 17(dezessete) votos favoráveis e um contrário. O Senhor Deputado Jesuino Boabaid solicitou a retirada do Requerimento nº 233/15, de sua autoria. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação, os Projetos aprovados nesta sessão. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às treze horas e cinquenta e oito minutos do dia nove de setembro do ano dois mil e quinze.

TAQUIGRAFIA

ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 01 setembro 2015)

**Presidência dos Srs.
LEBRÃO - 1º Secretário
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente**

**Secretariado pelo Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 15 horas e 08 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano(SD), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Glaucione (PSDC), Herminio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuino Boabaid (PT de B), Lázinho da Fetagro(PT), Lebrão (PTN), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Dr. Neidson (PT do B), Ezequiel Júnior (PSDC), Laerte Gomes (PEN), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 41ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

**(Às 15 horas e 13 minutos o senhor Lebrão, passa a
Presidência ao senhor Edson Martins).**

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida, não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 169/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 15.989.100,00, em favor das Unidades Orçamentárias Procuradoria-Geral do Estado – PGE, Controladoria-Geral do Estado – CGE, Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER e Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE”.

02 – Mensagem nº 170/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992”.

03 – Mensagem nº 171/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado de Rondônia para o período de 2016-2019, nos termos do *caput* do artigo 134 da Constituição Estadual”.

04 – Ofício nº 1450/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 487/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

05 – Ofício nº 1451/2015 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 510/15, de autoria do Senhor Deputado Lebrão.

06 – Ofício nº 1452/2015 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 515, 516, 517, 518, 519, 520, e 521/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

07 – Ofício nº 2271/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta Ofício nº 006/GDN/2014, de autoria do ex-Deputado Neodi Oliveira, referente à liberação de Emenda Parlamentar.

08 – Ofício nº 2234/2015 – Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS, encaminhando resposta ao Requerimento nº 196/15, de autoria da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais.

09 – Ofício nº 1083/2015 – SECEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 486/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

10 – Ofício nº 146/2015 – EMATER, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 505/15, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

11 – Ofício nº 2281/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta à Recomendação Legislativa nº 001/2015/CSP, de autoria da Comissão de Segurança Pública da ALE-RO.

12 – Ofício nº 104/2015 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, solicitando espaço para realização de Audiência Pública sobre o PLC 30/2015 que “Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes” e registro da reunião.

13 – Memorando nº 05/2015 – Corregedoria Parlamentar, encaminhando análise do MEMO nº 181/GDJB/2015, de autoria do gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, referente ao esclarecimento sobre fatos narrados no Ofício nº 026/ASSEJUR PMRO/2015.

14 – Ofício Circular nº 001/2015 – Academia Rondoniense de Letras, encaminhando “Moção de Aplauso” aos Senhores Deputados por definirem como “Palácio Madeira-Mamoré” a denominação da futura sede do Poder Legislativo Estadual.

15 – Ofício nº 088/2015 – Câmara Municipal de Jiparaná, encaminhando Requerimento nº 239/15, de autoria do Senhor Vereador Anderson Prudente de Oliveira.

16 – Ofício nº 10/2015 – SESAU, encaminhando para conhecimento “Estratégia da atenção às Urgências e Emergências no Estado de Rondônia”.

17 - Ofício nº 269/2015 – Câmara Municipal de Pimenta Bueno, encaminhando Indicação nº 245/2015, de autoria da Senhora Vereadora Dona Rosa do Escritório Brasil.

18 – Carta s/n - Técnicos em agropecuária da extinta SEAGRI, encaminhando apelo aos Deputados Estaduais para que apoiem as reivindicações da categoria.

19 – Ofício nº 1464/2015 – Poder Judiciário do Estado, retificando o Ofício nº 1145/CV/2015.

20 – Ofício nº 247/2015 – Defensoria Pública do Estado, solicitando, nos termos do art. 29, XX, da Constituição Estadual, suspensão da eficácia do art. 3º da Lei Complementar 553, de 2009.

21 – Ofício nº 01/2015 – do Senhor João Batista Rocha, solicitando apoio e participação dos nobres Parlamentares ao evento e manifestação “S.O.S Planeta Terra”.

22 – Memorando nº 143/2015 – Gabinete do Deputado Dr. Neidson, encaminhando para a Comissão de Fiscalização e Controle Carta de reivindicações dos Técnicos em Agropecuária da extinta SEAGRI.

23 – Requerimento do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando ausência na sessão do dia 19 de agosto de 2015.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Ribamar Araújo, justificando ausência na sessão do dia 19 de agosto de 2015.

25 – Requerimento do Senhor Deputado Dr. Neidson, justificando ausência nas sessões do dia 01 a 04 de setembro de 2015.

26 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins, justificando ausência nas sessões dos dias 05 e 19 de agosto de 2015.

27 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins, justificando ausência na sessão do dia 25 de agosto de 2015.

28 – Comunicados nº AL112229/2015 e nº AL111411/2015 – Ministério da Educação, informando as liberações de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) Lido o expediente. Passamos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Também não há Oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Mas antes eu quero registrar a presença do Adnaldo Andrade, ex-Prefeito de Mirante da Serra. O Adnaldo também foi residente do DER, fez um grande trabalho na equipe Corujão, atendendo os distritos de União Bandeirantes, Rio Pardo e todos os municípios. E também registrar a presença da Vereadora do PMDB, Vereadora Professora Augusta, do município de Mirante da Serra, obrigado, Vereadora e professora Augusta, do PMDB, inclusive do nosso partido e também do Adineudo de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Mirante da Serra. Muito obrigado Presidente e a todas as pessoas que o acompanham aí. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não.

O SR. LEBRÃO – Dizer também para o Adnaldo, além de ser Presidente do PTN, o meu partido lá em Mirante, será o nosso próximo Prefeito com o nosso apoio total lá, dando continuidade ao grande trabalho que fez em seu primeiro mandato.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNIO BOABAID (Secretário ad hoc) - Proceda à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR, Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de cláusula nos contratos de adesão dos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel, informando que o contratante poderá rescindi-lo, sem ônus, por má qualidade do serviço prestado, independente dos prazos de fidelização.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE, Requer a aprovação de Voto de Louvor à Empresa Ciclo Cairu pelos seus 30 anos de relevantes serviços prestados ao desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV, Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Frente Parlamentar Permanente em Defesa da Vida e da Família, e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDSON MARTINS, Requer a inclusão na Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 01.09.2015 da Mensagem nº 163, de autoria do Poder Executivo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO, Requer à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM informações inerentes aos projetos realizados com aplicação de recurso advindos do BNDES.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO, Requer à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM cópia na íntegra dos processos que versam sobre os planos de manejos, a partir do exercício de 2014 até o presente momento e acesso ao manuseio dos processos originais no órgão.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO, Requer à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM informações inerentes às compras de automóveis Hilux da marca Toyota realizadas a partir do exercício de 2013 até o presente momento através do BNDES.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS MUNICIPAIS, Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado ao Senhor George Alessandro Gonçalves Braga, Secretário da Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG solicitação de informações sobre as obras referentes ao PIDISE.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE, Requer aprovação de Voto de Louvor ao Jornal Tribuna Popular do município de Cacoal pelos 35 anos de existência.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO, Indica ao Governo do Estado de Rondônia, c/c à SESDEC - Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania, da necessidade de ser viabilizada a maior segurança pública na zona rural do município de Cacoal.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON**, Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de realizar manutenção da RO-205, até o município de Cujubim, localizado no Vale do Jamari.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO**, Indica ao Governo do Estado de Rondônia, c/c ao DER, da necessidade de asfaltamento de 02 km da avenida principal do Distrito de Jacinópolis, município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO**, Indica ao Governo do Estado de Rondônia, c/c ao DER, da necessidade de recuperação da ponte localizada sobre o Rio Candeias, na Linha 34, km 15, Projeto Assentamento Rio Alto, acesso à Escola Municipal Polo José Bonifácio, município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO**, Indica c/c à Secretaria de Educação do Estado, a necessidade de implantação de infraestrutura para CEEJA Professora Doralice Sales Cavalcante, localizada no município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO**, Indica ao Exmo. Governador do Estado de Rondônia, com cópia à Ilma. Secretária de Educação, da necessidade da construção de 05 salas de aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Roque, localizada no município de Corumbiara.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES**, Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria de Defesa e Cidadania – SESDEC, a necessidade de implantar com urgência Plantão 24 horas na Delegacia da Mulher, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES**, Indica ao Governador do Estado de Rondônia interceder junto aos órgãos competentes para aquisição de equipamento de fanfarra da Escola Castelo Branco, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**, Indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de unidade avançada do escritório da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, para atender os produtores rurais do município de São Miguel do Guaporé.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**, Indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de unidade do escritório da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON para atender os produtores rurais no município de Parecis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**. Indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de unidade avançada do escritório da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON para atender os produtores rurais do município de Candeias do Jamari.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**. Indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de unidade avançada do escritório da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON para atender os produtores rurais do Distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**. Indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de uma unidade avançada do escritório da Agência Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON para atender os produtores rurais do município do Vale do Anari.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**. Indica ao Exmo Sr. Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de uma unidade avançada do escritório da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON para atender os produtores rurais do distrito de Nova Estrela, no município de Rolim de Moura.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**. Indica ao Exmo Sr. Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de uma unidade avançada do escritório da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON para atender os produtores rurais no município de Nova Brasilândia d'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE**. Indica ao Exmo Sr. Governador do Estado de Rondônia a necessidade de ser viabilizada a implantação de uma unidade avançada do escritório da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON para atender os produtores rurais do município de Governador Jorge Teixeira.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE e DEPUTADO SÓ NA BENÇA**. Indica ao Exmo Sr. Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estadual de Trânsito – DETRAN, a necessidade de ampliação da sinalização horizontal e vertical, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), visando atender as ruas e avenidas do município de Pimenta Bueno.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura dos requerimentos a serem apreciados.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer aprovação de Voto de Louvor ao jornal Tribuna Popular, do município de Cacoal, pelos seus 35 anos de existência.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer aprovação de Voto de Louvor à empresa Ciclo Cairu pelos seus 30 anos de relevantes serviços prestados ao desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerradas as matérias a serem apreciadas, passamos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra o ilustre Deputado Adelino Follador, por 5 minutos, sem apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal aqui presente, imprensa.

Venho a esta tribuna hoje para falar sobre os 44 anos da EMATER. A EMATER foi criada em 31 de agosto de 1971, com a denominação de Associação de Crédito e Assistência Rural do Território Federal de Rondônia - ACAR/Rondônia. Em 1971, a implantação do Território Federal de Rondônia era cerca de 150 mil habitantes distribuídos entre dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim; 150 Porto Velho e 154 Guajará-Mirim, a 88 quilômetros de Porto Velho, e na época só tinha uma unidade de coordenação sediada em Porto Velho, dois escritórios locais em Guajará-Mirim, 01 em Vila de Rondônia, que era Ji-Paraná; e também 01 em Ouro Preto, tinha 22 empregados, servidores, e 07 veículos, esse era o patrimônio que ela tinha na época. Dia 31.08.1971, criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Território Federal de Rondônia, foi criada a ACAR e dia 10.05.84 a ASTER/Rondônia passou a denominar-se EMATER/Rondônia, continua a operar com a denominação e personalidade jurídica de natureza de serviços prestados. Dia 24.04.2013, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por meio de Emenda Constitucional 084/2013, altera o inciso III e acrescenta os incisos V e VI da Constituição Estadual e transforma a EMATER em órgão oficial EATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/Rondônia, empresa pública prestadora de serviços públicos.

Dia 06.07.2013 é sancionada a Lei 3.138/2013 regularizando a EMATER como empresa prestadora de serviço público que passou a denominar-se Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.

A EMATER está presente em 52 municípios e distritos do Estado de Rondônia. Eu sei que a EMATER é um órgão muito importante para o desenvolvimento da agricultura, foi muito importante e ainda é muito importante, Deputado Lazineho, porque eu não sou capaz de ver a agricultura avançar, seja na agricultura familiar ou seja a questão de médio e grande agricultor, sem a EMATER, assistência técnica precisa e a EMATER já tem uma tradição. E lamento muito que a EMATER

deveria ter mais apoio, a EMATER hoje passa por muitas dificuldades e o Governo do Estado nesse próximo orçamento, para o ano que vem, nós precisamos que o Governo do Estado invista mais na EMATER, eu tenho certeza que investindo na EMATER está investindo no setor produtivo e é uma área que não é um gasto, é um investimento, porque tem retorno.

O Sr. Cleiton Roque – Conceda-me um aparte, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não.

O Sr. Cleiton Roque – Quero parabenizar V.Ex^a por esse brilhante pronunciamento e, inclusive, aproveitar para convidar novamente para uma solenidade que nós faremos aqui na quinta-feira, dia 03 de setembro, a partir das 15:00 horas, com intuito de nós homenagearmos tanto a EMATER pela passagem dos seus 44 anos de fundação, não é homenagear pessoas, não, é a Instituição em si, pela sua importância que tem de fato e dar justamente esse destaque da necessidade de uma atenção para nós que estaremos aprovando o orçamento para o ano que vem, porque agora que ela está sendo uma empresa pública, que a gente possa ter condição de melhorar as condições, porque ela é essencial, ela é fundamental para que o Estado de Rondônia avance, principalmente no setor produtivo, que é a mola mestra da nossa economia.

Então, Deputado Adelino, no dia 03 de setembro, aqui, às 15:00 horas, nós vamos estar homenageando não só a EMATER, pela sua passagem dos 44 anos, mas também pela importante passagem dos 40 anos da EMBRAPA em Rondônia, e a EMBRAPA tem uma série de pesquisas desenvolvidas no Estado que também tem que ser dado esse destaque, não é a pessoa, não é o Governo, é a Instituição EMBRAPA e a Instituição EMATER. Obrigado, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabenizar pela ideia, com certeza. Então, no dia 31 de agosto, que foi ontem, a EMATER então fez 44 anos de história e eu tenho certeza que dentro desse período ela contribuiu muito para o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Hoje o PIB de Rondônia é o que mais cresce no País e cresce por causa da agricultura, e a agricultura a EMATER tem uma participação fundamental, teve no passado e tem no presente.

Então, eu quero deixar aqui os meus parabéns à EMATER, a todos os seus funcionários, a toda diretoria, e fazer um apelo ao Governo do Estado, que nesse orçamento agora que vai mandar, privilegie, que este ano, tendo em vista que ela passou a ser pública e tem um orçamento que passou da Secretaria de Agricultura para a EMATER, então não estava previsto, então o Governo do Estado teve as suas dificuldades. Mas eu peço que dê uma atenção especial nesse orçamento deste ano para o ano que vem que é muito importante. Também a EMBRAPA/RO fez 40 anos, ela foi fundada no dia 10 de julho de 75, ela tem uma história muito boa, mas também passa por uma dificuldade muito grande. Hoje, o Governo Federal praticamente não está mandando recursos para manutenção dos órgãos federais, está uma dificuldade muito grande de manutenção, inclusive a gente vê aí a CEPLAC, a gente vê aí a própria EMBRAPA, muitas vezes o chefe não tem gasolina para colocar no carro para sair do órgão.

Então, quero deixar aqui também um apelo, que nós precisamos da EMBRAPA, tem um papel fundamental para contribuir com agricultura no Estado de Rondônia. Então, eu quero deixar aqui a nossa homenagem, principalmente a EMATER que é um órgão que a gente acompanha há muitos anos e tenho certeza que ela tem muito a contribuir. Mas para isso também precisa que nós, Deputados, e também Governo do Estado dê uma atenção especial à EMATER, pelo papel fundamental que tem no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino, bem lembrado aí, falar sobre dois órgãos de assistência técnica tão importantes, que foram e que sempre serão para o Estado de Rondônia.

Ainda nas Comunicações Parlamentares, concedo a palavra ao ilustre Deputado Cleiton Roque, vice-líder do Governo, por cinco minutos, sem apertes.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado, Deputado Edson. Quero em seu nome cumprimentar todos os demais Deputados que compõem a Mesa neste momento, os Deputados aqui no Plenário, os nossos servidores que sempre nos auxiliam de maneira prestativa, o público que nos acompanha pelos veículos de informação, pela internet, enfim, o público aqui na galeria da Casa de Leis, em especial o Vereador vice-presidente da Câmara de Chupinguaia, Roberto Ferreira Pinto, vice-presidente, e Valmir Passito, estavam até agora há pouco no Plenário, saudá-los e em nome deles estender os cumprimentos a todos os demais, senhoras e senhores que estão presentes aqui no Plenário.

Senhor Presidente, eu venho à tribuna para informar, para solicitar o apoio dos demais Deputados para participar com a gente na próxima quinta-feira, às 15:00 horas, aqui na Assembleia, o Deputado Adelino que acabou de fazer um pronunciamento muito importante em defesa da EMATER, muito importante em defesa desses órgãos que trabalham fundamentalmente no apoio à pesquisa, no apoio à assistência técnica. Então, convidar todos a participarem com a gente nesta quinta, dia 03 de setembro, a partir das 15:00 horas, da solenidade da Sessão Solene que homenageia a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA pelos seus 40 anos de relevantes serviços e de inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para agropecuária de Rondônia e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/RO, pelos seus 44 anos de assistência ao desenvolvimento rural sustentável de Rondônia.

Podemos citar diversos exemplos de sucesso, temos dificuldades, com certeza temos nas duas empresas, mas o exemplo da EMBRAPA, essa pesquisa que desenvolveu nessa nova técnica voltada à produção de café, onde tem dado condição para melhorar a produção no mesmo espaço de tempo, então, é a maneira de nós trazermos um foco nessas Instituições. E a EMATER, tantos exemplos de sucesso espalhados no Estado, também tem dificuldade, é claro que tem, como qualquer outra Instituição, e é nosso desafio fazer com que ela possa cada vez mais atender, principalmente, Deputado Airton, o pequeno produtor.

Eu fico imaginando, se não fosse a EMATER, o que seria dos produtores do Assentamento Casulo Formiguinha, em Pimenta Bueno, um conjunto de 70 e poucas famílias assentadas em propriedades pequenas, não dá dois hectares, e que se você visitar a maioria das propriedades tem lá 17, 18, 20 culturas sendo desenvolvidas num pedacinho de terra, graças principalmente ao apoio dessa importante Instituição. E cabe a nós apontar os problemas e apontar as soluções para resolver esses problemas. Então, está feito aí o convite a todos os nossos companheiros, Deputados, a participarem com a gente dessa data, dessa Sessão Solene que visa reconhecer, não é a pessoa, não é Governo, é a Instituição. O Governo passa, as pessoas passam, mas as Instituições ficam.

Então, a Instituição, ela é suprapartidária, é apartidária, e cabe a nós de fato a proteção dessas Instituições.

Senhor Presidente, eu também venho a esta Tribuna, solicitar o apoio dos nossos colegas Deputados para nos ajudarem na assinatura do requerimento que deverá ir para a Sessão de amanhã, onde convoca, Deputado Lazineiro, a Audiência Pública para o dia 19 de novembro, com o objetivo de nós debatermos, de nós discutirmos principalmente a passagem na semana nacional da Consciência Negra. Eu tive visita hoje do Comitê de Organização do Evento em Rondônia, e aí eu solicito o apoio dos Deputados que assinem com a gente para que a gente possa fazer um evento, a gente sabe do importante marco, inclusive da influência na população brasileira, enfim, e é preciso que nós possamos estar cada vez mais construindo um país que respeita as suas diversidades.

Então está feito aí o convite a todos os Deputados que queiram assinar com a gente esse requerimento.

Senhor Presidente, para finalizar este meu pronunciamento aqui, só dizer da nossa atenção, da nossa preocupação, porque dentro dos próximos dias estaremos recebendo aqui nesta Casa o Orçamento de 2016. Então, eu conversei hoje com o Secretário Wagner, demonstrando justamente a nossa preocupação de não fazer nada além daquilo das nossas reais possibilidades. Que seja um orçamento pé no chão, um orçamento onde se contemple principalmente a razoabilidade, para que nós possamos não gerar expectativa que nós não possamos cumprir. Nós estamos vendo o que está acontecendo no plano nacional e Rondônia até o momento tem demonstrado um bom comportamento na gestão tanto orçamentária quanto financeira, mas dizem que atenção e pé no chão nunca fizeram mal a ninguém. Então, nós temos que ter essa atenção e esse cuidado para que não possamos criar uma peça fictícia que depois fica além da execução.

Senhor Presidente, eu tinha outros assuntos para abordar aqui, mas como o tempo é curtinho, acabei passando o Grande Expediente, deixa para amanhã, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Queria anunciar aqui a presença do Senhor José de Andrade, Vereador de Ariquemes, e também Adauto Calixto, estão aqui dois Vereadores lá de Ariquemes, para nós é um prazer tê-los aqui em nosso Plenário.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Cleiton. Eu quero também registrar a presença do Vereador Roberto Ferreira Pinto, Vereador da Câmara Municipal de

Chupinguaia. Muito obrigado por sua presença, e registrar mais uma vez a presença do Presidente da Câmara de Mirante da Serra, o Edneu de Andrade, a Vereadora Augusta, professora Augusta, nossa amiga lá, o Adineudo de Andrade, é que nós estivemos lá no último sábado, em Mirante da Serra, no Rodeio, revendo a cidade, revendo os amigos em uma grande festa, que é a festa da cultura do nosso povo, que é a festa do peão. Eu gostaria de agradecer a presença de vocês. Muito obrigado.

Ainda nas Comunicações Parlamentares, eu concedo a palavra ao nobre Deputado Aécio da TV, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem só. Só lembrar, só comunicar à Casa e convidar todos os companheiros Parlamentares para participar amanhã, às 14 horas, de uma Audiência Pública que nós convocamos para debater a questão da Maioridade Penal. É um tema de suma importância para a sociedade brasileira, polêmico, e que nós, enquanto Parlamentares, nós temos a responsabilidade de colocar a nossa comunidade, a nossa sociedade para pensar sobre esse tema. Oficializei hoje o convite para o Deputado Jesuíno para contribuir com a gente na Mesa e o que nós queremos é trazer a OAB, os Juizes, para fazer esse debate e deixar a sociedade mais clara desse tema, que na minha visão e na visão desta Casa, com certeza é um tema de suma importância. Obrigado Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho, cumprimentar e parabenizar pela grande atuação que Vossa Excelência tem tido nesta Casa. Muito obrigado.

Com a palavra o ilustre Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Presidente Edson Martins. Deputado Edson Martins, cumprimentar os colegas Deputados em nome do meu amigo Deputado Ribamar, as colegas Deputadas, em nome da minha líder, a nossa rainha Lúcia Tereza, e a princesa, a rainha e a princesa estão juntas, então, quero cumprimentar a todos, cumprimentar os nossos colegas de imprensa, cumprimentar os servidores, cumprimentar a todos que estão na galeria.

Eu quero ser bem rápido, objetivo, o tempo também é curto, mas eu quero usar esse tempo, primeiro para agradecer ao DER pelo serviço que está sendo executado em Porto Velho. Porto Velho tem passado por momentos difíceis. Nos últimos três anos, Porto Velho se transformou na pior Capital do Brasil, a 4ª pior cidade do Brasil entre as 100 maiores. E quando iniciamos o nosso mandato, nós fizemos uma peregrinação junto ao Governo do Estado para criar a Região Metropolitana do DER para atender as demandas de Porto Velho. Tivemos inúmeros problemas com os asfaltos que estavam sendo licitados e empreitados por algumas empresas para a execução no mandato passado do Governo e este ano o Governo tem atendido essa demanda diretamente pelo DER e a gente começa a ver os resultados, hoje nós temos o recapeamento de várias ruas da região central, ainda temos mais algumas para serem

feitas dentro daquele Projeto de 27 km, foi executado em torno de 18 km, nós temos asfaltos em alguns bairros que estão sendo executados lá na Zona Leste, na Mané Garricha, ali nas ruas do Bairro Socialista e nós temos a estrada 13 de Setembro, que é a Estrada dos Japoneses, na Zona Sul; está sendo executado agora asfalto ali na região do Eldorado, que é aquele lado da FIMCA e Jatuarana, Rua Açaí; nós tínhamos um problema crônico ali que ligava o Bairro Eldorado com o Bairro Floresta e Areal da Floresta, já que o pessoal chama aquela região ali da Nova Floresta e de Areal da Floresta, que é o nome antigo, aquela Rua Açaí ela não tinha acesso, tem um córrego, era uma depressão, um buraco enorme, foi feito o aterro, o DER está asfaltando e já está pronto o asfalto ali da Rua Açaí e várias ruas ali do Bairro Eldorado estão sendo asfaltadas. Eu tenho acompanhado e feito, mostrado na televisão, como eu tenho todas essas ruas, todos esses bairros, no momento que eles estavam intransponíveis quando eu fazia os ralis, eu tenho oportunidade agora de mostrar os atoleiros, os ralis daquela mesma rua e agora as ruas pavimentadas.

Então, eu quero agradecer o Governo por estar atendendo essa demanda de Porto Velho, esses 150 km vai melhorar muito a situação da nossa Capital, o Governo já está anunciando mais uma parceria com o Governo Federal para mais 100 km, eu creio que Porto Velho tem muito a ganhar com essa região metropolitana, essa usina de asfalto que foi colocada aqui na nossa Capital para atender a demanda da Capital e nós que vivemos aí esse martírio das últimas temporadas de chuva, onde o cidadão ficava ilhado dentro da sua casa, a criança não podia ir para escola, o trabalhador não conseguia chegar ao seu trabalho porque não conseguia sair de casa, felizmente as coisas começam a melhorar e eu estou imensamente feliz por poder estar mostrando esse antes e o depois do que está acontecendo na nossa Capital. Por isso, eu quero agradecer a atuação do DER, quero agradecer a atuação da Região Metropolitana do DER que foi uma das nossas demandas desde o primeiro dia, a primeira reunião que tive com o Governador assim que tomei posse foi para lutar por essa Coordenadoria e felizmente nós estamos vendo resultado e nos deixa muito feliz.

Outro tema rapidinho que eu quero pedir, eu quero convocar todos os colegas Deputados, eu sei que muitos têm compromissos nas suas bases na próxima quinta-feira, dia 03, mas na próxima quinta-feira dia 03 nós teremos aqui, a partir das 09h00 da manhã, a homenagem ao companheiro, ao profissional da Comunicação que marcou história em Rondônia, *in memoriam*, estaremos homenageando, dando um Título de Cidadão Honorário *in memoriam* ao companheiro Sérgio Mello, todos da comunicação conhecem o Sérgio Mello, o Sérgio Mello foi unânime, é engraçado que em todos os segmentos sempre há aquele pouquinho de ciúme daqui, dali, quando se fala de alguém do segmento, não importa qual é o segmento, mas felizmente o Sérgio Mello ele é unânime em todos os setores da mídia e nós sabemos que na democracia a mídia é o principal pilar de sustentação da democracia, a mídia, a comunicação, ela é a expressão livre do pensamento e nós acreditamos muito na comunicação no regime democrático. Por isso queremos homenagear, vamos homenagear o Sérgio Mello na próxima quinta-feira, às 09h00 da manhã, e quero convidar todos, todos os profissionais,

quero dizer que a mídia, a comunicação vai estar sendo representada aqui quando nós estamos homenageando o Sérgio Mello, nós queremos homenagear a comunicação, nós queremos homenagear a imprensa em geral, a mídia em geral, como eu disse, a mídia não pode calar, a imprensa, ela é livre num país democrático e por isso estaremos homenageando *in memoriam* aqui o amigo, o companheiro Sérgio Mello, por isso eu quero convidar a todos, quinta-feira, 09h00 da manhã.

Tenho dito e muito obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Aécio da TV. Eu só quero lhe parabenizar, quando eu vejo Vossa Excelência com entusiasmo, Vossa Excelência anuncia os benefícios quando chegam lá nos bairros para a população, sabemos que a população às vezes ela espera pacientemente há quantos anos a Capital, a nossa Capital, uma cidade que cresceu muito de uma forma desordenada, principalmente com a chegada das usinas, e tornou-se a pior Capital do país. E Vossa Excelência muito bem coloca aqui com muito entusiasmo os benefícios, os asfaltos, agora o saneamento básico, mais de 60% da cidade de Porto Velho serão atendidos, já está contratado e nós podemos perceber realmente esse entusiasmo do Deputado Aécio, que tem anunciado esses benefícios e acompanhado lá nos bairros da cidade. Parabéns, que Deus o ilumine, que o senhor continue realmente sempre otimista e que as coisas boas possam um dia acontecer. Eu quero registrar a presença aqui do Vereador Dair Boone, Presidente da Câmara de Alto Alegre dos Parecis, nosso amigo, muito obrigado, leve um abraço lá para o nosso parceiro lá, o Vereador Dena, lá do município, muito obrigado aí pela sua presença.

Ainda nas Comunicações Parlamentares, concedo a palavra ao ilustre Deputado Airton Gurgacz, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, Senhor Presidente. Boa tarde, colegas Deputados e Deputadas, nossa imprensa aqui presente, as pessoas no Plenário. Eu quero em primeira mão aqui fazer um convite a todos os Deputados e a todos os senhores: nós teremos a Festa do Tambaqui, nos dias 05 e 06, na Linha 208, no quilômetro 10, na zona rural de Ji-Paraná. Então, será feita a 3ª Festa do Tambaqui, o evento é organizado pela Associação dos Produtores Rurais da Linha 208, APRODOL, a intenção é divulgar a gastronomia e a criação de Tambaqui ali que é forte naquela nossa região, no Estado de Rondônia todo. Mas nós temos aí então essa grande festa, e também é uma questão aí de criação de peixe no nosso Estado, não é, Deputada Lúcia, hoje, nós temos aí mais de oito mil criadores de peixe, de Tambaqui, um grande incentivo do Estado, também teremos lá a entrega de calcário e um trator de uma emenda ainda parlamentar do nosso ex-Deputado Anselmo de Jesus, viu, Deputado Lazineho, Anselmo de Jesus ainda trazendo benefício para nós, na nossa região, Deputado, que nós deixamos de tê-lo, nós tínhamos ele e o Marcos Rogério, mas não conseguimos retorná-lo à Câmara dos Deputados, foi um grande Deputado federal que nos ajudou por três mandatos na região e que a gente como ji-paranaense na nossa região, nós lamentamos muito, é um Deputado do PT, mas que sempre fez lá sua grande contribuição.

Então, teremos lá entrega de calcário, essa emenda do Deputado, teremos as festividades, apresentações folclóricas e, também, claro, muito peixe tambaqui para comer lá na Linha 208 nessa Associação que a gente visitou o ano passado, nós fomos lá, tinha muita gente. Então, a gente aproveita aqui esta tribuna para fazer um convite a todos para que possam se fazer presentes lá nesse dia, dias 05 e 06.

Também queria comunicar aqui que em Ji-Paraná nós recebemos lá uma emenda do Senador Acir Gurgacz de um milhão e trezentos mil reais para a aquisição de quatro equipamentos para o Hospital Municipal, um Tomógrafo Computadorizado, um Raio-X Digital, um Eletroencefalograma e um Mamógrafo. O Mamógrafo foi para o Hospital Ceci Cunha, das Mulheres. Então, foi um milhão e trezentos de equipamentos, Deputada Lúcia, de primeira qualidade, a Prefeitura preparou as salas pela questão da radiação dentro do Hospital, então as pessoas não mais precisarão sair do hospital com ambulância para fazer exames nos laboratórios, nas clínicas particulares, e ali será feito isso, os senhores precisam ver que equipamento da melhor qualidade.

Então, isso é muito bom, a gente fica feliz com essa ajuda lá do nosso Senador, contribuindo com esse empenho de um milhão e trezentos mil e uma contrapartida da Prefeitura de quatrocentos mil na construção das salas, porque teve até portas, foram pagos dez mil reais por uma porta para que a gente pudesse atender essa questão da radiação que tem. Mas os equipamentos assim fantásticos, de última geração, você faz o exame automaticamente, na sala do médico, através dos computadores já tem o resultado lá na sala do médico, então é top de linha e que todos os hospitais do nosso Estado deveriam procurar ter isso. Mas a graças a Deus, a gente com essa emenda do Senador, a gente conseguiu inaugurar esse equipamento. Nós temos certeza que vai facilitar muito para as pessoas do Hospital Municipal. E também ele anunciou agora para nós, nós não temos UTI lá em Ji-Paraná, a não ser alugada pelo Governo, mais um investimento de dois milhões também para dez UTIs dentro do Hospital Municipal, onde nós poderemos atender as pessoas que necessitam e que a gente sabe do custo quando você precisa de uma UTI particular, é média de cinco mil reais por dia, e o Governo tem um convênio com o Hospital HCR, mas só tem seis leitos e esses leitos vivem lotados.

Então, o Senador Acir já disponibilizou também esse recurso de mais dois milhões para a construção de dez UTIs no hospital, nosso hospital. Também o Senador conseguiu junto ao Governo Federal dois milhões para fazer um Plano Piloto da estrada do Itapirema, 12 quilômetros de asfalto, vai ser um asfalto sem acostamento, mas a intenção ali seria plantar grama para que possa ter essa questão do acostamento, porque a gente sofre até na BR-364, aqui no DNIT, muitos trechos bons de estrada, mas não temos acostamento, um perigo se você der de encontro, tiver que ajudar um companheiro num momento difícil na estrada, você sair, capotar e tombar e se matar, porque realmente a nossa 364, principalmente de Ji-Paraná para Porto Velho, tem vários locais que a estrada está boa, mas que não temos acostamento. Então, é um perigo.

Então, o dinheiro já está na Caixa Econômica, um Plano Piloto no Brasil, ele conseguiu junto com essa emenda lá, para que Ji-Paraná comece a fazer esse trabalho, é um trabalho que terá a participação da Prefeitura, também do Governo do

Estado através do DER. E também aqui aproveitar para agradecer o DER pelo início do asfalto dentro da nossa cidade completando os 50 quilômetros que estavam faltando, que está sendo concluído e também o Anel Viário que começou e a cada dia chega uma máquina a mais, Deputado Follador. Então, a gente vê um reinício de trabalho e a gente quer agradecer o Coronel Caetano, porque a gente tem visto muito elogio, pegou um sofrimento, uma situação difícil que o ex-diretor deixou essa situação muito triste, várias vezes eu vi os seus comentários aqui, a situação do DER com a maioria das máquinas em cima de cavalete, de toco, isso a gente viu. Mas, nesse período, nos últimos, 06, 07 meses aí, a gente viu que o Coronel Caetano conseguiu dar a volta por cima. A todos muito obrigado e boa tarde.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Airton, parabéns, Vossa Excelência que é um pioneiro, um dos fundadores da cidade de Ji-Paraná e quando se manifesta realmente é a sua gratidão e a sua alegria com as obras, coisas acontecendo, com certeza o Anel Viário é uma obra muito importante para a cidade de Ji-Paraná, muito bem o Deputado Airton tem aqui colocado que essas obras estão realmente em andamento, chegando máquina e se Deus quiser vai ser concluída para melhorar ainda mais a cidade de Ji-Paraná e o nosso Prefeito Jesualdo Pires, que foi um grande Deputado também nesta Casa.

Ainda nas Comunicações Parlamentares, com a palavra a ilustre Deputada Lúcia Tereza, por cinco minutos, sem apertes.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, público aqui presente, imprensa. Vários assuntos me trazem aqui, eu prefiro falar de todos esses assuntos aqui no Plenário, porque muitos deles às vezes a gente reclama para Líder do Governo, reclama para colegas, e às vezes nem os próprios colegas sabem o que a gente anda passando, as dificuldades que temos em sermos atendidos.

Quando eu ouço falar do DER, o Deputado aqui elogiando o DER, que está fazendo tanto aqui, eu fico muito satisfeita, porque o DER realmente em muitas cidades a prioridade, principalmente nós que somos do interior, que dependemos, que ainda plantamos e que ainda trazemos para a cidade grande a produção para alimentar as pessoas, eu fico muito feliz, mas ao mesmo tempo fico preocupada, porque aqui queria dizer aos Vereadores do município de Alto Alegre, na pessoa do Dair Boone, que o Deputado Lazinho já pediu há muito tempo a recuperação, Deputado Lazinho, de 22 quilômetros vitais para o pessoal, para ligar Alto Alegre dos Parecis ao município de Rolim de Moura, lá na linha 45, por isso, lá na BR-490, por isso eu estou aqui reforçando, Deputado Lazinho, o pedido de Vossa Excelência para que o DER da região, que é Residência de Rolim, possa recuperar realmente a estrada. Não elogiar, mas parabenizar até algumas linhas, algumas estradas do DER, pertencentes ao DER em Espigão D'Oeste que está tentando manter a recuperação, que é do Pacarana, precisando novamente a Linha do Calcário ser recuperada novamente porque o trânsito é muito pesado com as carretas de calcário, já está se esburacando, cheio de costela, de difícil acesso daqui, a primeira chuva a gente vai ter muitas dificuldades. Por isso, eu venho pleitear aqui, cumprimentar o Vereador Adriano, de

Espigão D'Oeste, que muito nos honra com sua presença. Dizer também um assunto em especial, parabenizar o Deputado Saulo, ontem estive no projeto que o Deputado Saulo tão corajosamente implantou, eu fiquei assim de boca aberta, poucos municípios têm a estrutura escolar e de esporte que o Deputado Saulo mantém e faz naquele município. Agradecer a ele e a toda sua equipe e dizer que é exemplo quando lá cheguei e vi que aquilo é bem cuidado, bem zelado e com amor, porque realmente estava tão organizado, tão limpo, melhor que o quintal da casa da gente. Então, aquilo tem manutenção, tem começo, meio e fim e principalmente na área da saúde, eu fiquei assim maravilhada porque o atendimento é com médico, dentista, exames laboratoriais, eu vi que tem amor, tem amor naquele projeto do Deputado Saulo, quero elogiar, incentivar para que ele possa continuar, a gente sabe que é difícil.

Um assunto que eu não gostaria jamais de estar falando aqui, mas me vi obrigada a fazê-lo, é sobre a Secretaria de Educação, mais precisamente na pessoa da Sra. Secretária. Ninguém aqui está discutindo capacidade, fidelidade ao Governo e competência, porque ela é uma educadora nata e convivo com ela há muito tempo, não estou discutindo isso, são qualidades que a Secretária de Educação tem, que é competência na área, é uma educadora, só vou discutir e dizer que tudo tem limite. Nós, eu e mais alguns Deputados fizemos algumas indicações, indicações essas como do Deputado Só na Bença, que é reforma, ampliação de escola; do Deputado Saulo, que é substituição de piso de escola, alguns reparos em Ariquemes, como é do Deputado Marcelino Tenório, reparo da rede elétrica e a minha é construção de 04 salas de aula na Escola Maria de Santi, em Espigão D'Oeste, onde o bairro está super carente e as crianças têm que andar quase três quilômetros para poder frequentar outra escola, tem terreno e tem condições de fazer.

Então, nós fizemos na época, Srs. Deputados, Sra. Deputada, fizemos uma indicação, pleiteamos, pedimos, e também na indicação à SEDUC que trata da implantação de microfones, alto-falantes e amplificadores nas salas de aula das escolas públicas do Estado. A Sra. Secretária de Educação responde que: "Por não encontrar-se inserido no planejamento da Secretaria esse tipo de aquisição para o ano de 2015, tal proposição da Deputada não poderá ser atendida." Evidente que elas não estão realmente inseridas, não está inserida a aquisição desses equipamentos para as escolas, pois se estivesse inserida, jamais eu iria fazer uma indicação em cima do que já estava previsto. A previsão no PPA de 2012/2015, no anexo I, Programas e Ações do Governo, melhorias de qualidade da educação básica, Programa 1269 na rubrica 1600112361.11269 e 1033', tem a rubrica, 'aprimorar a gestão administrativa e pedagógica das unidades escolares,' como também na outra rubrica, 'prover e manter equipamentos, materiais e utensílio das escolas da educação básica'.

A minha indicação, Srs. Deputados, e dos outros colegas que aqui mencionei, que propõem ampliação de salas de aula, equipamentos, a senhora Secretária disse da impossibilidade de atendimento em questão por não constarem no PPA. Informa ainda que as referidas, isso que é mais grave, "as referidas solicitações dos Deputados serão oportunamente atendidas de acordo com as preferências definidas pelas Coordenadorias

de Educação”, que em nosso caso trata-se da construção da sala e dos outros Deputados, construção e ampliação.

Veja bem, diferente do que afirma o ofício assinado e que ela mandou para mim, há previsão no mesmo programa: “A melhoria da qualidade na educação básica, realizar obras e melhorias de infraestrutura”, e ousou afirmar a Vossas Excelências que no mínimo ela faltou com urbanidade, com respeito aos Parlamentares, ela quis dizer que ela poderá fazer isso, mas só se as Coordenadorias acharem por bem, se quiserem, quer dizer, priorizar o que as Coordenadorias falam. Porque as palavras dos Deputados, as intervenções parlamentares não serão levadas em consideração no planejamento de execução orçamentária.

Eu pergunto a Vossas Excelências, quem depois do cidadão conhece mais suas necessidades senão aqueles que os mesmos elegeram para lhes representar no Parlamento como o Vereador, como Deputado estadual, como Deputado federal ou como Senador? Nós só estamos pedindo, os Deputados só estão pedindo a melhoria. Pedir, mendigando, pleiteando essas melhorias, porque justamente somos nós do Parlamento que estamos perto do povo e nós sabemos do que é preciso, ninguém vai mandar pintar uma escola ou pôr cortinas de renda numa escola, nós somos Parlamentares conscientes, e por infelicidade da Secretária, eu também sou professora, eu também fui Prefeita três vezes, eu fiz educação com amor e carinho, mas sempre respeitei as necessidades e as prioridades, principalmente de Vereadores que indicavam porque nós legisladores sabemos também o que a nossa comunidade precisa.

A Secretária de Educação passou-me a impressão do pouco caso com a atuação parlamentar, ou até desconhece as atribuições. Eu falo mesmo para vocês, estou indignada. No início do meu discurso eu disse: não estou discutindo competência, não estou discutindo seriedade no trabalho da Secretária. Mas ela vai respeitar as Indicações, ela vai respeitar as atribuições deste Parlamento. Por isso, quando um Deputado fizer uma Indicação para a senhora Secretária, tem que vir assinado pela Coordenadoria, pela representação do seu Município, porque ela vai atender o que a Coordenadoria fizer e não o que o Deputado indicar. Está aqui o Ofício que ela me encaminhou, se alguém duvidar eu posso passar a cópia. Infelizmente não gostaria de estar fazendo esse discurso, mas eu sou educadora e a gente tem que ter equilíbrio até no respeito. A primeira coisa na área da Educação é respeitar para ser respeitado.

Muito obrigada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputada Lúcia Tereza, pelo seu discurso. Ainda nas Comunicações Parlamentares, eu concedo a palavra ao nobre Deputado Jesuíno Boabaid, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, Deputados, todas as pessoas presentes.

Senhor Presidente, o que me traz aqui é uma denúncia referente ao Chefe da Casa Civil, muito grave, onde eu estou já levantando as documentações, vou pedir também uma abertura. São dois Requerimentos que eu e o Deputado Hermínio devemos apresentar até quarta-feira na próxima

Sessão. Como já existe uma tramitação de um processo na Comissão de Fiscalização e Controle, eu vou abdicar deste Requerimento que era a questão lá dos terrenos. Mas a denúncia que trata quanto o Governo Confúcio Moura foi cassado, o senhor Emerson Castro, conforme denúncias, convocou todos os Comissionados em uma sala, onde pediu, obrigou que todos fizessem um empréstimo para pagar um valor de R\$ 1.500.000,00 para o Advogado que foi contratado em Brasília. A denúncia é grave, eu já tenho o nome de um cidadão que fez. Certo? Ele, de forma, conforme as informações, ele fez, obrigou que esses servidores fizessem essa medida para custear a questão que é eleitoral do Governador Confúcio Moura, que foi cassado pelo TRE. É uma denúncia muito grave, que tem que ser apurada, vou fazer o Requerimento para se formar uma Comissão Especial, desde que não tenha dentro das Comissões Permanentes algum item onde possa ser fiscalizado pela Comissão de Fiscalização e Controle. Se não houver algum item que dê essa garantia para fazer essa investigação, irei fazer o Requerimento para esta Casa iniciar essa investigação, que é muito grave. É um ato imoral, se foi realmente concretizado, se foi realmente feito, é um ato ilegal você coagir servidores comissionados a fazer um empréstimo para pagar advogado, isso é uma vergonha, sinceramente uma vergonha.

Outro ponto, esse Secretário nunca teve uma boa relação com esta Casa, isso é uma questão dele também. Não estive presente nas últimas denúncias que teve aí, últimos problemas, semana passada, para inaugurar uma boate em Pernambuco, salvo engano. É um problema dele, é uma questão dele, pessoal, que faça essa inauguração dessa boate, dessa casa de shows, mas ele tem que estar preocupado, como ele é o Chefe da Casa Civil, com as questões de ordem do Estado. Problemas que devem ser discutidos com esta Casa, ele deve estar aqui presente. Poucas vezes veio aqui. Ele não tem uma boa relação, é assim que eu vejo, mas é outro ponto. Se ele é empresário, se a família é empresária, que ele abra mão, dê para outra pessoa que tenha gabarito, que tenha condições para secretariar, realmente, e fazer aquilo que é da sua parte mesmo, do seu papel. Essa é uma notícia que me causa, se já não bastasse diversos escândalos que já estão tramitando, ainda temos que suportar essa gestão deste Secretário, onde, que eu volto a falar, ele exonerou a Doutora Quílvia, que estava grávida, fez a exoneração dela. E hoje vou cobrar novamente, vou fazer a cobrança, até o presente momento não me informaram quanto aos encaminhamentos sobre o *Título Já*, sobre as propostas que foram firmadas aqui, os acordos que foram feitos aqui, até o presente momento não me foram dadas respostas de forma oficial. Vou oficializar novamente, que foi a questão do Dilma Rousseff, foi a situação do Bairro Tiradentes, foi a situação do Bairro Universitário. Então, tem várias questões que teve aqui na época, a Doutora Quílvia, quando era gestora da Pasta fez o compromisso e hoje não tem mais o aval.

Mas veja só, o Bairro Universitário, vou dar um exemplo, fizemos hoje, o Presidente desta Casa, o Deputado Maurão de Carvalho chamou o Estado e o Município para discutir a questão do Bairro Universitário que já tem uma sentença tramitada e julgada. Só veio eu, o Deputado esteve presente, os moradores, Doutor Guilherme, que é Defensor Público, somente eles. Não veio Estado, não veio Município. Hoje eu fiz um compromisso

com eles, que das minhas emendas individuais, R\$ 1.000.000,00 vai ser destinado, se tiver o aval da pessoa no caso, que é esse posseiro, tem R\$ 1.000.000,00 das minhas emendas. É um compromisso, como eu falei para eles. Quem me elegeu, quem me deu essa garantia de estar aqui hoje fazendo uso da palavra foi a tropa, foi a Polícia, foi o Bombeiro, foram os familiares, foram pessoas que acreditaram e sabiam da minha história, eles mesmos reconheceram isso. Mas eu tenho um compromisso com o povo de Rondônia, eu não vou deixar aquelas pessoas serem retiradas da forma que vão ser, um trator passar e eles vão ficar aonde? O Estado não dá resposta, um fica empurrando para o outro. O Prefeito não quer nem saber disso, o Governo pior ainda, então nós, como Deputados, como foi chamada essa discussão aqui nesta Casa, eu já assumi o compromisso, já vou disponibilizar para o ano que vem R\$ 1.000.000,00 das minhas emendas individuais, não é emenda de bancada, não é emenda de bancada, não, deixei bem frisado, porque essas emendas seriam destinadas para os quartéis, para melhorias e condições dos policiais, dos bombeiros, dos policiais civis, na área de segurança pública, que eu vejo que passa por defasagem, que passa por problemática, mas como eu tenho responsabilidade, se eu tenho minha moradia, eu não quero jamais que isso acontecesse na minha vida ou de qualquer um dos senhores, amanhã ter um Oficial de Justiça na sua porta, falando para você retirar tudo de dentro da sua casa que o trator vai demolir, eu sei como isso dói. Não, eu não senti, mas só em sentir uma situação dessas, imaginar, já é um problema.

Então é isso, Presidente, cinco minutos, já passamos de todas as fases, com Breves Comunicações, no caso estamos com cinco minutos, era isso o que eu tinha para falar. Vou pedir amanhã esse requerimento para discutir essa formação dessa Comissão Especial para apurar essa denúncia grave que trata sobre o Chefe da Casa Civil. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno Boabaid. Ainda nas Comunicações Parlamentares, concedo a palavra ao ilustre Deputado Alex Redano, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, nobres companheiros, nossos companheiros que nos acompanham da galeria, venho falar de alguns requerimentos, algumas indicações de minha autoria.

Primeiramente, Senhor Presidente, falar de três requerimentos que foram acolhidos por esta Casa, nesta Sessão, sobre a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, a SEDAM. Continuo criticando, entendo o esforço do Governo para não ter as contas no vermelho, vejo o esforço de todos, mas eu continuo observando a inoperância da SEDAM. Já estamos prestes a entrar no período chuvoso e não foi liberado, até agora, nem setecentos mil metros cúbicos. O ano passado foi liberado, senhor Deputado Ribamar, cinco milhões de metros cúbicos. Então, e tem muitos projetos em andamento, e o que está acontecendo é realmente a inoperância da SEDAM. E recebi algumas denúncias sobre a SEDAM. Para tirar qualquer dúvida, e eu penso nesse quesito, enquanto nós, Parlamentares, estaremos investigando, fiscalizando o Executivo, estamos neste momento ajudando o Executivo e também desempenhando uma

das ações principais dos Parlamentares que é a fiscalização. Protocoliei um requerimento, pedindo cópia do processo e também a localização das dezessete camionetes Hilux compradas no final de 2014, 30 de dezembro de 2014, e pagas um dia depois.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Alex, só uma questão de ordem. Está saindo ali o Presidente da Câmara, eu gostaria até de corrigir, eu falei o Presidente da Câmara Adair, mas é o Jailton, está saindo ai, muito obrigado, Deputado.

O SR. ALEX REDANO – imagina. Agradecer também a presença de todos os nossos Vereadores, meu amigo da Igreja Adventista, nosso Vereador também, todos que se fazem presentes.

Então, Senhor Presidente, a localização, inclusive já tenho as notas fiscais dessas dezessete camionetes, e eu fico surpreso, Senhor Presidente, dezessete camionetes zero. Nós notamos que sempre tem solenidade de entrega de qualquer imóvel, de qualquer carro, e eu não vi, não observei, só se eu estiver equivocado, uma solenidade da entrega dessas dezessete camionetes.

Outro requerimento, Senhor Presidente, é referente aos projetos do BNDES na SEDAM. Foram liberadas quantias altas para investimentos na SEDAM. Então, o requerimento pedindo todos os processos executados com o dinheiro do BNDES, e os extratos das contas, mostrando a aplicação desses recursos. Recebemos denúncia também de que foi usado, são denúncias anônimas, mas que foi usado parte desse dinheiro para outras finalidades que não o que foi acordado com o BNDES.

Outro requerimento, também para a SEDAM, é a questão dos planos de manejo. Existem muitos comentários de que existem planos de manejo que mesmo tendo algumas irregularidades se libera rapidamente, e outros planos de manejo, com tudo dentro das normas, que não têm essa mesma celeridade. Então, vamos averiguar todos os planos de manejo, requeremos todos os planos de manejo do ano de 2014 e 2015. Já tive uma conversa com o Presidente Maurão para disponibilizar técnicos e engenheiros florestais, para analisarmos todos os planos de manejo de 2014 e 2015, os concluídos e também os que estão em trâmite.

Então, essa questão da inoperância da SEDAM, nós temos que cobrar, porque ela afeta todo o Estado, é um grande setor produtivo, senhor Presidente, que está em jogo. Nesta segunda-feira tive uma reunião com os madeireiros da região de Ariquemes, com o Governador Confúcio participando e a convite também a ilustre Deputada Lúcia Tereza, Deputado Ezequiel Junior, Deputado Saulo e o nosso Deputado que preside Edson Martins, a iniciativa dessa reunião foi do Deputado Ezequiel Júnior para discutir a questão das cargas de madeira apreendidas no Estado do Mato Grosso. Existem mais de 50 caminhões presos e até agora não liberados e esses caminhões foram liberados pela SEDAM, pelo IBAMA, foram feitos todos os trâmites legais no nosso Estado e o Estado vizinho do Mato Grosso está colocando obstáculos, ficou decidido que o Chefe da Casa Civil ontem mesmo fosse para Cuiabá, foi acompanhado do Deputado Ezequiel Júnior representando todos os demais Deputados e também do madeireiro Breno representando a categoria.

Parabenizo a Deputada Lúcia Tereza por trazer à tona nesta Casa esse assunto tão importante que resultou na reunião.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, Deputado?

O SR. ALEX REDANO – Tenha o aparte.

A Sra. Lúcia Tereza – Esse assunto hoje é um dos mais importantes, porque o setor produtivo da madeira tem sustentado a duras penas a arrecadação deste Estado e a geração de emprego. Quando eu falo assim é porque isso há no meu município, são poucos os municípios que ainda sobrevivem na maioria do setor madeireiro e nós, como o Deputado Ezequiel, o senhor, Deputado, que foi assim um discurso correto, fundamentado, fiquei muito contente, me senti muito amparada...

O SR. ALEX REDANO – Obrigado.

A Sra. Lúcia Tereza - Me senti muito reforçada com a sua fala, sua posição de Deputado, também do nosso querido Presidente, hoje lá na reunião em Ariquemes nós vimos o tanto que é importante a atuação nossa em conjunto, como que nós ficamos fortes naquela hora, o senhor Governador saiu de onde estava, de uma agenda particular que tinha pouco e veio nos atender, eu me senti valorizada ontem. *"Ah! Lúcia, mas isso é obrigação"*. É, mas nem sempre é assim. Então, porque nós estamos aí é que eu disse ali ontem, tentando viabilizar, fortalecer esse setor, porque nós estamos com os madeireiros que têm CPF, que têm CNPJ, que são 20, 30 anos que trabalham no setor, obviamente que foi discutido das pessoas que são os mercenários, nós não estamos a favor e nem pleiteando nada para essas pessoas que têm erro, que têm defeito, que têm safadeza. Em todos os setores tem e nós sabemos que existe, tem os verdadeiros, os que trabalham, que geram emprego, que pagam seus impostos, e tem os que só ganham, nós sabemos disso, estávamos ali e o Governador foi prontamente, ele foi assim de uma felicidade e eu me senti valorizada.

Quero aqui deixar registrada a atuação do nosso Vice-Presidente ontem, que foi no contato. Então, nós nos sentimos valorizadas, o Governador veio imediatamente, determinou que o Chefe da Casa Civil e o Cel. Nilson fossem para Cuiabá, agora está acontecendo a reunião, às 16h00, e isso, Deputado, faz 15 dias que está acontecendo, tem mais de 50 caminhões de Rondônia presos assim. Preso por quê? Passa aqui em Vilhena, a fiscalização ok! Se não está ok, ali mesmo para. Chega em Cuiabá, o pessoal, os técnicos responsáveis, capacitados para fazer a medição e o controle e fazer a fiscalização dão ok! Só que tem Polícia Federal Rodoviária que mede o caminhão, deslona, mede com uma trena dele e dá diferença de um metro, de dois metros, três metros, e o caminhão faz 15 dias que está parado, os caminhões parados lá para descarregar, não tem gente para descarregar, depois para carregar, é um prejuízo semanal de setenta, oitenta mil reais, e nós sabemos que no ganho o percentual está muito apertado, já teve melhor, nós sabemos que tudo está muito apertado, tem madeireiro aqui em Rondônia, em municípios, que pessoas lá de fora já cancelaram o pedido de quatrocentos, de oitocentos metros cúbicos de madeira serrada, olha o prejuízo, nunca mais o madeireiro recupera.

Eu me senti amparada, fortalecida, respaldada junto com o nosso Deputado Ezequiel Júnior, juntamente com meu querido Deputado Alex Redano e juntamente com o nosso querido Vice-Presidente. E dizer que nós mostramos ontem força e eu gostaria que Vossas Excelências entendessem, Deputado Adelino Follador, que é um objetivo para todos nós, vai ser muito bom para todo mundo, porque ou nós vamos fazer a comissão para certificar essa madeira e sair certificada de Rondônia, e Cuiabá, Mato Grosso não ficar com essa briga de atribuições, intrigas entre eles e prejudicando Rondônia, me parece que é uma afronta a Rondônia, mas afronta nós também sabemos fazer, nós temos caminhão de soja que passa livremente deixando só buracos para nós, nós também temos de Rondônia para cá madeira e gado, então vamos nos atentar, vamos no unir.

Quero agradecer, valeu a pena, ganhei o meu mandato ontem de ser tão bem educadamente firme, me senti assim, que a gente está no lugar certo e fazendo a coisa certa. Quero agradecer mais uma vez, Deputado Alex, a posição, a atitude que Vossas Excelências tiveram ontem juntamente com o senhor Governador. E ao senhor Governador quero agradecer a ele por vez que ele tomou atitude, o homem tem que ter atitude certa ou errada e eu quero dar os parabéns a todas Vossas Excelências e agradecer imensamente.

O SR. ALEX REDANO – Nós que agradecemos a sua luta, Deputada Lúcia Tereza. Deputado Adelino Follador tenha o aparte.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o Deputado Alex por trazer um assunto tão importante. Eu estava viajando e não pude estar presente, mas eu vi na imprensa e também soube que o Chefe da Casa Civil foi de imediato tentar resolver, é um problema que já vem se alastrando há muito tempo e já deu prejuízo, inclusive tem madeireiros que já fecharam por conta disso, porque você perder uma carga, duas, não é qualquer madeira que aguenta a situação. Então, com certeza o Mato Grosso, já pensou se Mato Grosso começar a fazer isso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e aí todo mundo começar a sacanear o outro, eu acho que tem que ter respeito, a madeira vai certificada, vai com nota e eles arrumam qualquer pretexto para segurar.

Então, com certeza, Deputado Alex, Deputada Lúcia Tereza, Deputado Edson, Deputados que estiveram presente, estão de parabéns, que é uma luta muito importante, é aquilo que a Deputada Lúcia falou, vamos começar tentando fazer um diálogo, mas se for para ir para *"o pega para captar"*, vamos trancar a soja deles aqui e começar a chamá-los para negociar. Eu acho que tem que ter uma alternativa e nós não podemos deixar o pessoal tendo prejuízo sem saber por quê. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Uma questão de ordem, Deputado.

O SR. ALEX REDANO – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu também gostaria até de parabenizá-lo. Ontem, a sua ação foi espetacular, eu diria, primeiro do Deputado Ezequiel Júnior, em convocar essa

reunião que nós discutimos semana passada que o autor da convocação dessa reunião e depois da participação, a grande participação do nosso colega Deputado Alex Redano, que foi fundamental, a Deputada Lúcia, que saiu lá de Espigão d'Oeste para estar presente, preocupada com a situação dos madeireiros que geram empregos, que geram riqueza no nosso país, no nosso Estado, o Deputado Saulo estava presente, Deputado Adelino sempre também tem discutido essa situação. Eu também assumi um compromisso na semana passada que estaria presente nessa reunião. Tenho sido cobrado, principalmente naquela região de Nova Mamoré, onde eu tenho uma atuação mais efetiva, eu tive os votos, com quase 50%, eu tive novecentos e cinquenta e um votos lá no Distrito de Nova Dimensão, um pequeno Distrito de Nova Mamoré, eu tenho um compromisso, eu sempre estou por lá naquela região onde eu também vejo a angústia dos madeireiros. Eu estive lá há uns dois meses, onde o madeireiro, Deputado Adelino, o Leno, disse que tinham apreendido uma carga dele no Mato Grosso e depois de cinco dias que ele teve a autorização novamente para carregar, ele voltou ao local, havia sumido a madeira, Deputado Ribamar...

A Sra. Lúcia Tereza - A carga sumiu.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Isso é um absurdo, o madeireiro hoje que a duras penas mantendo aí o pagamento do seu servidor, pagando os encargos, e aí ter uma carga de repente extraviada, roubada. Então, isso realmente é muito difícil e o Governador, eu acho que nós temos que realmente louvar a atitude do Governador, quando foi comunicado que tinha cinco Parlamentares naquela reunião e vários madeireiros, e o Governador deixou os seus compromissos particulares, que ele estava atendendo, de imediato, em torno de quinze minutos o Governador estava com a gente lá na reunião e determinou de imediato que o Chefe da Casa Civil fosse para Mato Grosso, parece que está acontecendo uma reunião agora lá, o Deputado Ezequiel já comunicou agora às 16h00, eu tenho certeza que o Secretário Volpi já esteve aqui hoje, Secretário do IDARON, que também está fazendo um grande trabalho, disse que o Governador de imediato determinou que também tomasse providências, ele disse que já encaminhando a esta Casa um Projeto de Lei que vai realmente definir a questão de essência de madeira, espécie para que possa realmente resolver de uma vez por todas.

Esse projeto, eu disse para ele hoje que eu tenho certeza que se chegar aqui hoje ou amanhã, nós vamos votar amanhã mesmo, vai ser regime de urgência, porque é um projeto importante, hoje é a vida desses madeireiros, que já é uma profissão sofrida, Deputado Lazinho, o madeireiro hoje para trabalhar na legalidade, com a legislação complicada que nós temos, que é a Legislação Ambiental, então não é fácil e principalmente quando tem uma perseguição, uma retaliação do Estado vizinho. Então, realmente estão de parabéns todos os Deputados e o Governador que ontem fizeram esta reunião. Deputado Alex, parabéns aí pelo seu discurso sempre em defesa dos nossos madeireiros que realmente geram emprego no nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado. Nós que agradecemos.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Questão de Ordem, Deputado.

O SR. ALEX REDANO – Tem o aparte, Deputado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Só contribuindo, parabenizar pela atitude. Agora, o que nós precisamos no Estado, e Vossas Excelências que participaram da reunião devem ter discutido, conversado sobre isso, é instituir o IDARON de condições para certificação dessa madeira, é isso, devem fazer isso. O ano passado, foram 149 caminhões apreendidos no Mato Grosso, segundo dados do IDARON, 149, se for mentira é dos dados que me passaram do IDARON. E aí a equipe técnica hoje do IDARON, ele é muito minúscula para dar conta disso. Então, o Projeto de Lei, ainda hoje eu estava conversando com o Presidente Volpi, tem que vir acompanhado da estruturação de material humano para poder fiscalizar e certificar a madeira. Fez isso, nós não vamos ter problema mais de apreensão de madeira lá fora. Porque uma coisa é você ter um empresário sério, que é a maioria do Estado de Rondônia, são pessoas idôneas, responsáveis, não só com a empresa, mas com questão do Estado e Meio Ambiente, e outra coisa também é ter nesse meio pessoas que não têm essa responsabilidade de poder tratar a ação e o ato com responsabilidade.

Então, eu acho que fazendo isso nós vamos estar sanando, e parabéns por Vossa Excelência assumirem essa bandeira junto com esta Casa e os Deputados que participaram. Eu tenho certeza que é com essas ações que nós vamos conseguir ir colocando o nosso Estado dentro do rumo certo e dentro do desenvolvimento financeiro. Parabéns, Deputado, pelo trabalho.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, Deputado Lazinho. E a ideia da Deputada Lúcia Tereza eu acho muito válida, que é criar uma comissão para acompanhar passo a passo essa situação dessas apreensões. E o Senhor falou em IDARON, nós sabemos as dificuldades, a deficiência de material humano. Mas eu gostaria de parabenizar o Volpi, que ele tem se esforçado, tem feito um bom trabalho. E eu sou crítico, Deputada Lúcia, não tenho nada pessoal contra ninguém na SEDAM, inclusive falta material humano na SEDAM, principalmente com experiência. Mas tem inoperância, sim, falta competência aos Secretários, aos diretores, ao CODEF, o órgão não anda. Eu não entendo o Governador Confúcio, porque ainda não fez mudanças, tem tantas pessoas competentes que podem com maestria melhorar essa situação da SEDAM em no nosso Estado, é inadmissível estarmos entrando no mês de setembro e termos 700 mil metros cúbicos liberados até hoje. O desemprego, como o Deputado Adelino falou, a Deputada Lúcia, tem madeireiros que fecharam as madeireiras, há centenas de desempregados. Então, não é justo penarmos tanto por causa de inoperância. É o que está acontecendo com a SEDAM.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, Deputado

O SR. ALEX REDANO – Tem um aparte, Deputada Lúcia.

A Sra. Lúcia Tereza – O Deputado Lazinho foi muito feliz e é o que nós pleiteamos ontem. Uma equipe, uma comissão de técnicos realmente para fazer o certificado e isso tem que ser de imediato, que bom que estamos falando a mesma linguagem.

Dizer que tudo isso nós vamos ficar na redundância, porque realmente é como o agricultor, se a gente não incentivar daqui a pouco não tem quem vai plantar para a gente comer, não. E o madeireiro, eu até dou razão para ele, tem que ser, primeiro porque é uma discriminação total, correto? É tudo, é o câncer da nação, é o madeireiro que destrói a natureza e os projetos de manejo, é como o senhor falou. Agora, será que está faltando pessoal realmente na SEDAM? Ou Será que tem gente capacitada, preparada e está em outro lugar ou está encostado, Excelência? Nós temos que verificar, é um dos papéis, uma atribuição do Deputado, nós não temos que nos amedrontar, abaixar a cabeça, nós temos que ir ver e resolver. Ontem não foi assim? Então, olha aí, que bom, as coisas têm que acontecer mais ou menos rápido. Inclusive o Dr. Emerson Castro está acabando de ligar aqui, tenho certeza que a reunião já acabou, enquanto o senhor fala eu vou atender o nosso Emerson Castro e eu trago a resposta logo. Com licença.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado pelo aparte. Então, Deputado Edson Martins, nosso Presidente neste momento, nós vimos o Governador Confúcio se dedicando, indo nas reuniões, como foi em Ariquemes, cancelou a agenda dele para estar presente na reunião, vários Secretários se esforçando, se dedicando, mas tem que ser um conjunto e a SEDAM, mais uma vez, eu friso, está totalmente inoperante. Meu muito obrigado, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Alex Redano. Parabéns pelo discurso tão importante. Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid para uma questão de ordem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para complementar o que eu falei sobre a denúncia do Chefe da Casa Civil, só para falar que existe a materialidade, inclusive de um documento onde um Oficial da Polícia fez a compra de um jantar, recusou-se a comprar no valor de mil reais e ele foi licenciado e retornou para a caserna por conta disso, fazia parte do Governo. Então existe, sim, materialidade para instalação dessa Comissão, inclusive eu estou fazendo estudo agora para a gente já formar até o final da manhã e amanhã já propor essa Comissão. Só era isso mesmo, obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerradas as Comunicações Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 02 de setembro, no horário regimental, às 09:00 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 47 minutos).

ATA 27ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E ANALISAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO UNIVERSITÁRIO

Em 10 de agosto de 2015

**Presidência do Sr.
Jesuino Boabaid - Deputado**

(Às 15 horas e 21 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde, sejam todos bem vindos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, vamos realizar Audiência Pública com o objetivo de discutir e analisar a Regularização Fundiária Urbana no Bairro Universitário. Já se encontra à Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública, e convidamos o Senhor Ricardo Fávaro, Assessor Especial, representando o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de Rondônia; o Excelentíssimo Senhor Francisco de Sales, Secretário Adjunto da SEDAM; Senhor Rubens Nascimento, Superintendente de Desenvolvimento de Regularização Fundiária - SUDER do Governo do Estado de Rondônia; Senhor Carlos Dobbs, Procurador do Município; Senhora Quilvia Carvalho, Diretora Executiva da SUDER, e o senhor Vicente Flor da Silva Filho, Presidente da Associação do Bairro Universitário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Boa tarde a todos. Vamos dar início a Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta essa Audiência Pública, objetivando, analisar a Regularização Fundiária Urbana do Bairro Universitário.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para de pé, ouvirmos o Hino Céus de Rondônia.

(EXECUÇÃO DO HINO CÉUS DE RONDÔNIA)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado Deputado Jesuíno Boabaid, Presidente desta Audiência Pública, antes das suas considerações iniciais, gostaria de registrar a presença do Major Padilha, representado a SESDEC; do Pastor Adelson Francisco dos Santos, da Igreja Adventista do 7º Dia, do Bairro Universitário e de uma forma geral as demais pessoas que nos honram com suas presenças.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou pedir que primeiro passe aqui o vídeo, depois faremos o comentário sobre a questão.

Passar o vídeo.

(APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, registramos a presença do Dr. Adilson Donizetti de Oliveira, Promotor de Justiça do Ministério Público, que declinou de compor a Mesa, ele prefere ficar aqui no Plenário.

Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Bem, primeiro lugar, novamente quero cumprimentar a todos os presentes, agradecer a presença do senhor Ricardo Fávaro, assessor especial, representando o Vice-Governador; senhor Francisco Sales, representando o Secretário Adjunto da SEDAM; Rubens Nascimento, Superintendente de Desenvolvimento de Regularização Fundiária - SUDER; Carlos Dobbs, Procurador do Município; Quilvia Carvalho, Diretora Executiva da SUDER; Vicente Flor da Silva Filho, Presidente da Associação do Bairro Universitário; Major Padilha, outro promotor que foi noticiado agora e as demais pessoas que se encontram presentes. Eu perguntei se tinha algum representante da outra parte, um advogado, se tiver, por favor entrar em contato com ele. Tive informações que entraram em contato com eles e eles iriam se fazer presentes aqui até porque era necessário a gente ouvir a outra versão, mas é importante porque se encontra o Estado, Município e quem sabe, falta também o do Defensor Público como é o nome dele? O Guilherme está chegando? O Dr. Guilherme, também que foi uma pessoa que conseguiu a questão da suspensão do processo para que haja reconhecimento ou não, para a Vara de Regularização Fundiária que existe no TJ.

Infelizmente aqui são pais de famílias, são mães, são senhoras, são idosos, nós temos que ser submetidos a um tratamento desta forma para ter aquilo que é de direito, ou seja, um lar. Não é a primeira vez que esta Casa discute questão de regularização fundiária, discussão de litígios. Só eu, já fiz algumas proposições, e ainda tem mais por virem; Figura A, Planalto, Dilma Rousseff; teve a questão do Industrial, agora o Universitário, Renascer, teve a questão do Militão e assim sucessivamente e vai ter mais, com certeza. O Governo, ele não está preocupado com essas questões de que o cidadão tenha um lar adequado e saúde. Infelizmente não tem aquela preocupação como deveria, infelizmente é isso. Temos que, hoje esta Casa com um novo... nós estamos dando novos encaminhamentos, chamando essas discussões, para essa responsabilidade, porque o Deputado quando é eleito, ele é eleito pelo povo, pelo voto sufrágio e ele deve, sim, quando convocado, quando acionado ou quando provocado chamar as pessoas inerentes para discutir. Porque o Deputado, ele tem um papel primordial dentro de uma conjectura no Estado, ou seja, ele que fiscaliza, ele que controla, ele que elabora o Projeto de Lei, ele que dá a questão, aprova orçamento do Estado. Então, tem muita coisa importante sim. Então, porque não discutir a questão da regularização fundiária que também é importante. Então, podem ter certeza, que essas Audiências têm uma formatação diferenciada, aqui como já ouvi a Dra. Quilvia mesmo, não estamos aqui para ficar só ouvindo discursos, temos que chegar ao final com um propósito, com encaminhamentos que realmente possam trazer soluções para a problemática dos senhores, isso é fato. Então, ao final, podemos chegar a uma solução desse problema, eu acredito que tenha solução, tudo na vida tem solução, basta querer. Basta ter a boa intenção, basta ter aquela palavrinha de interesse, é o interesse que vai ter que falar dessa forma. E a legalidade... tem outra questão de legalidade, e a questão que existe é ação judicializada no Tribunal de Justiça, ou seja, na justiça de 1º grau e agora também no Tribunal de Justiça sobre essa Matéria e quem sabe até todo, deixando também claro para vocês que tudo que está sendo falado está sendo gravado, está sendo também passado, taquigrafado, e após é lavrado uma Ata e a gente vai expedir também para a própria justiça

essas devidas documentações. Então, eu vou passar a palavra para quem é mais importante; quem lidera.

Eu vou passar a palavra para o senhor Vicente, ele vai fazer a explanação aqui.

O SR. VICENTE FLOR DA SILVA FILHO – Agradeço a todos que compõem a Mesa, estando aqui hoje para tentar encontrar uma forma de resolver a situação do Bairro Universitário.

Gostaria de ressaltar também a importância do Governo do Estado nessa trajetória o qual o bairro teve a vitória de permanecer por mais 30 dias. Obrigado Daniel Pereira, Dra. Quilvia, Dr. Diego, Dr. Guilherme da Defensoria Pública, até aqui tivemos o apoio dessas pessoas. Deputado Jesuíno, gostaríamos de contar com o seu apoio também, porque o Bairro Universitário precisa dessa terra, os moradores não têm para onde ir.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar para Tati. Por gentileza Tati, fazer uso da palavra.

A SRA. TATIANA RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a todos que compõem à Mesa, agradecer a presença da Dra. Quilvia que tem caminhado conosco, que tem se empenhado para que 350 famílias não saíssem de suas casas no dia de hoje, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, o Deputado Jesuíno Boabaid que agendou essa Audiência Pública, a Prefeitura que está se fazendo presente aqui, sendo representada pelo Dr. Dobbs, o Dr. Francisco, muito obrigada. E assim, hoje, eu gostaria de lembrá-los que as 350 famílias que estão hoje correndo o risco de perder as suas casas, hoje, conseguiu ser adiado, 30 dias para que nós permanecêssemos na área, nós temos o intuito, a esperança de que hoje os senhores consigam chegar a um acordo, encontrar uma solução para que nós tenhamos êxito. Eu gostaria de lembrar os senhores que essas 350 famílias que hoje permanecem na área, não estão lá, não construíram casas, que casas se constroem com Programa Minha Casa, Minha Vida. Essas pessoas construíram lares naquela área, essas pessoas pegaram uma área vazia que não tinha absolutamente nada, que era alagada, que tinha mato, que tinha lixo e deu um destino, e elas construíram lares nesta área. Então, assim, eu gostaria que os senhores levassem em consideração que não são só tijolos que estão lá de pé, que não é só madeira que está lá de pé, mas são 350 famílias que ocupam aquele lugar como os senhores puderam observar no telão, não tem nenhum tipo de infraestrutura e ainda assim, eles permanecem na área porque eles não querem estar inscritos no Programa Minha Casa, Minha Vida; eles estão construindo suas casas, eles estão edificando seus lares naquele local e eu gostaria muito mesmo que os senhores levassem isso em conta, levassem em conta que no tempo das águas é totalmente alagado, as crianças saem descalças para irem à escola, é lama, não tem como entrar carro baixo ou moto transitar no local. Então, no processo foi questionado que nós ocupamos a área para especulação, para ser vendido depois. Só que essas pessoas que estão aqui... eu gostaria de lembrar aos senhores, que estão enfrentando no tempo da seca, além do buraco e poeira, e tempo das águas a alagação, o barro. Existe a falta de infraestrutura, e eles estão enfrentando isso por uma única questão de moradia. Então, se os senhores conseguirem resolver o nosso problema, porque é um problema bem grande esse nosso, se vocês conseguirem, serão 350

casas que vocês não vão ter a preocupação de dizer assim: “não, o governo, o município vai arrumar terreno, vai arrumar casa”. Nós não queremos isso, a minha casa não está acabada. Mas como eu disse para o Deputado Jesuíno Boabaid, eu não troco a minha casa por nenhuma casa do Programa Minha Casa Minha Vida, eu quero permanecer no meu bairro, na área, hoje uma área periférica. Mas eu espero que hoje saia algo concluído aqui, porque eu tenho certeza que de uma área periférica que é praticamente uma área que não tem nenhum tipo de infraestrutura, que não tem energia, coisas dessas famílias, ainda que elas não paguem energia, não pagam água, todos os dias são queimadas. Então, se vocês conseguirem resolver essa situação, conseguirem chegar num acordo, com certeza nós estaríamos muito melhor do que está em qualquer outra área, em qualquer outra situação e eu deixo bem claro, eu ressalto aqui o empenho que a Dra. Quilvia tem sido uma guerreira conosco, o Governo do Estado tem se empenhado ao máximo.

Eu gostaria de agradecer o nobre Deputado Jesuíno, que tem desde o primeiro momento quando viemos pedir o apoio, ele disse: “não, a Casa está de portas abertas para vocês e pode ter certeza que nós vamos estar fazendo o possível, e se necessário vamos procurar fazer a medida do impossível”. Nós gostaríamos muito mesmo que esta Casa, hoje... saíssemos daqui com uma posição, uma situação positiva, gostaríamos muito mesmo. Eu gostaria de estar agradecendo a todos mais uma vez, e obrigada pela oportunidade de estar explanando a situação dos meus colegas vizinhos de bairro.

Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra para o senhor Superintendente do Município, mas ele queria ficar por último, é isso? Então, eu vou passar a palavra para o município, porque o Estado está aqui, mas o principal é o município falando também.

Vamos passar logo para o senhor doutor.

O SR. CARLOS DOBBS – Ao cumprimentar Sua Excelência o Deputado Estadual, brilhante e atuante, Jesuíno Boabaid, que tomou a bela iniciativa de convocar essa Audiência Pública para que as autoridades em geral tomem conhecimento dos fatos acontecidos em relação ao Bairro Universitário.

Pois bem, vamos aos fatos. Do início da gestão do Dr. Mauro, quando eu era Procurador Geral, que fiquei até esses dias, o Dr. Mauro me recomendou que desse uma atenção especial com relação ao processo que estava correndo na 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho. Esse processo já estava em fase terminal, foi feita uma análise bem criteriosa por todos os nossos Procuradores que atuam nessa área, inclusive com a presença do Dr. Francisco Lacerda, aqui presente. Fizemos um levantamento, um acompanhamento e sempre dizendo a todos os moradores que naquele processo era praticamente impossível dada a circunstância processual ali encerrada. Muito bem, mesmo assim a PGM fez todos os esforços necessários para procrastinar o feito para ganhar mais fôlego, para ganhar mais tempo e assim foi conseguido. Praticamente dois anos se passaram e nós conseguimos segurar o processo e com transparência, com lealdade a gente sempre disse para a Tatiana, para o Vicente e para os demais Membros das lideranças do bairro Universitário que era praticamente impossível ali naquele processo de reintegração de posse, reverter a situação, isso exercido com bastante responsabilidade

que é nada mais nada menos do que a nossa obrigação. Pois bem, Deputado, enquanto isso a gente fazendo os recursos perante o Tribunal de Justiça e perante o STJ na questão possessória, o município passou a estudar a possibilidade de reverter esses imóveis que foram oferecidos a favor daquelas pessoas. Então, eu preciso me reportar a fazer também nesse momento um breve resumo do que aconteceu lá no passado, embora seja um pouco enfadonho, embora muitos aqui já saibam como foi que já reiteradamente expliquei para eles, moradores, mas muitas pessoas não sabem a origem disso tudo. Nós suspeitamos da emissão desses títulos em favor dos requeridos, por quê? porque nos idos de 1985, vejamos só senhoras e senhores, senhor Deputado, servidores públicos municipais, marido e mulher trabalhavam numa secretaria que hoje é a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, como se fosse hoje a SEMUR, lá trabalhando, ocupando cargo em comissão, note-se bem, marido e mulher ocupando cargo em comissão, em 1985, requereram administrativamente cada um deles 5 hectares, de modo que fez um total de 10 hectares em favor desse casal, que ao término de 6 a 7 meses deu um adeus a Porto Velho, foi embora daqui achando que aqui não tinha água, não tinha luz, aqui não tinha conforto que tem no Sul, no Sudeste e esse casal se mudaram, embora nos arquivos, nos Anais daquela Secretaria constasse o requerimento solicitando essa terra para eles. Muito bem, em 1987, isso em 85; trabalharam 6,7 meses e foram embora para Minas. E em 87, o então prefeito, naquela época, vai e reconhece o domínio em favor daquele casal, esse reconhecimento de domínio para nós, não encontramos por ser um problema muito antigo e por ter havido fogo parcial no arquivo do município. Então, quando não se acha documentos, se supõe, a primeira iniciativa é supor que tenha sido queimado ou extraviado, o que aconteceu? O prefeito vai ao Cartório e reconhece o domínio.

Mas voltando um pouco mais ao passado, em juízo lá na 1ª Vara da Fazenda Pública, um senhor de nome José Benedito da Silva, escolhe algumas pessoas para serem agraciadas com terras e declinou no momento da Audiência ao Dr. Juiz da Vara da Fazenda dizendo: “olha, eu quero que destine 5 hectares para fulano, 5 para beltrano, 10 para não sei quem, 10 para não sei quem”. Nominou e ficou ali com o destino de ser um título, uma Carta de Aforamento, com essa típica e específica finalidade de Carta de Aforamento. Muito bem, a essa altura do campeonato o casal já tinha ido embora e lá em Ituiutaba, terra do cantor Moacir Franco, esse casal é visitado por outra engenheira aqui de Porto Velho, que vai em busca de uma procuração para obter poderes para receber escritura, para quando receber, doar, vender, permutar, ceder, transferir todos os poderes que tem. Retorna a Porto Velho, comparece com aquela procuração em cartório com o prefeito da época e o cartório lança a escritura pública para reconhecimento de direitos territoriais, reconhecimento de domínio. Passou-se o tempo e isso, frise-se também outra anomalia, é que os atos jurídicos para terem validade não basta o prefeito de plantão, ou seja quem quer, ou o Governador, qualquer autoridade de ente público tem que estar praticando os seus atos baseado em parecer da Procuradoria e não basta só o parecer, é preciso que tenha o “de acordo” do Procurador Geral, e nessa escritura outorgada em 87 pelo então prefeito, não há o comparecimento em cartório do Procurador Geral, é a primeira nulidade que se encontra, que a gente verifica, é estranho, é anormal, também não consta o parecer. Seguindo em frente, a parte beneficiada

com essa escritura, guarda essa escritura numa gaveta de 1987 até 2005 e nunca recolheu um centavo sequer a título de IPTU, comparece na SEMUR e faz um requerimento pleiteando a regularização. Precedido de um parecer, o então Procurador divergindo de um parecer da Secretaria Municipal de Fazenda recomenda ao Procurador Geral que, se concordar com o parecer dele, que coloque o seu apoio e isso não foi feito. Havia uma resistência da Secretaria Municipal de Fazenda porque não havia o recolhimento dos tributos, porque no processo administrativo lançado em 2005, não havia nada esclarecido a respeito de posse e tem lá um esclarecimento de um fiscal da SEMUR que poderá ser chamado em Juízo, a qualquer momento, e será na nossa ação, ele com todas as letras, ele subscreve um documento que compareceu pessoalmente em 2005, até o loteamento, e lá naquele loteamento não havia nenhuma benfeitoria e nenhuma posse em 2005. O que eu devo esclarecer, é que no meio desse caminho surgiu essa escritura. Está tudo bem? Não. Não está, porque não foi esse o procedimento adotado. Admitamos pela sentença lá da Fazenda Pública porque também achei esquisito um cidadão comparecer em juízo e dizer: "tais e tais áreas são minhas e delas eu disponho 05 hectares para um, 05 para outro e 10 para outro". Não tem uma origem disso. Eu tentei levantar tudo isso, fiz um esforço descomunal, eu tentei ver, mas não acha nos artigos da SEMUR. Houve um desvio completo da finalidade, se a finalidade era a expedição, o reconhecimento do domínio com a expedição de um Título em forma de Carta de Aforamento, não poderia existir outro método. E foi o que aconteceu. Está aí, mais uma nulidade. Senhor Deputado, eles optaram por fazer um reconhecimento diferente, eles fizeram sem autorização legislativa, pasmem, sem processo licitatório, pasmem. Fizeram outra modalidade de escritura, e não Carta de Aforamento conforme está na Sentença homologada pelo Juiz da Fazenda Pública. A sentença é imutável, é coisa julgada e imutável. Ela tem que se restringir aquilo que está ali determinado. No meio do caminho, as partes entenderam não sei o que foi que aconteceu, o cara falou: "não, deixa para lá, eu não quero Carta de Aforamento, não; eu quero aqui um processo licitatório, uma aquisição". Mas não consta nenhum processo de pagamento, porque não há nenhum processo de abertura de licitação. E aquelas terras eram destinadas, sim, qualquer um poderia adquiri-las, porque o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal e distrito que o Governo Federal determinou, aquele tipo de terra pode ser sim, doada, oferecida, para quem dela fizer uso, para quem nela residir, para quem for fazer uma plantação hortifrutigranjeira, com essa finalidade. E o que fez o casal de engenheiros que passou ali pela SEMUR, o que ele fez? Foi embora. Nunca plantou um pé de alface. Por isso que eu estava querendo dizer que o fiscal da SEMUR compareceu lá, em 2005, quando viu que não tinha benfeitoria nenhuma, não tinha nada de plantação. Nunca reuniu as condições mínimas para receber essas terras. Se esse casal fosse da agricultura, se estivesse enquadrado dentro da diretriz que o Governo Federal, Estadual, e Municipal exigia, mas não. Então, não foi Carta de Aforamento, nem era os hortifrutigranjeiros, nem Carta de Aforamento cumprido, e nem Licitação houve e nem Processo de autorização legislativa. E essas Leis persistem até hoje, não foram revogadas. São Leis que estão em atualização. Foi difícil montar o processo, ajeitar toda a documentação, porque está como eu disse: fragmentada, e parte desapareceu. Não temos uma radiografia completa da situação. E, em 2005 fizeram esse

singelo Requerimento, e pasmem, em 2010 de forma unilateral. Isso é uma situação esdrúxula, é uma excrescência jurídica, a parte sozinha comparecer em um cartório e exigir: olha aqui, por favor, agora vamos corrigir essa área, esses pontos são esses, são aqueles, e tal, e tal. E sem a manifestação da SEMUR, sem a manifestação da Procuradoria, do Município porque não foi provocado, foi feito tudo escondido. Só entre a parte requerente e a parte do Cartório por lá. Eu só sei que esse casal de engenheiros vendeu essas terras para um senhor, que depois ficou com 80% dessa propriedade e 20% ficou para um Oficial de Justiça e para uma senhora dentista. Então vamos aos fatos. Foi o que eu pude reunir de documentos a respeito dessas terras. Eu queria derrubar, a minha vontade pessoal, já era como profissional, como Procurador cumprindo a minha missão, porque eu sou pago para isso. Eu queria derrubar provando, tendo a prova probata, prova provada da nulidade disso tudo. Então, senhor Deputado, quando esgotou lá na 7ª Vara o recurso atinente à reintegração de posse eu ingressei juntamente com o apoio brilhante do meu colega Francisco Lacerda, e com o apoio da minha querida Dra. Quilvia Carvalho e do Dr. Diego, seu assessor, eu tive um grande apoio do Estado, nós fizemos várias reuniões. Assim como fizemos com o doutor Mauro, fizemos na PGM e fizemos na regularização fundiária do Governo do Estado de Rondônia, na pessoa da Dra. Quilvia e com a presença do Vice-Governador Daniel Pereira. Então, nós estamos atentos, com vontade de resolver o problema. Senhor Deputado, em 2 de junho do corrente ano, nós demos entrada na Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico Cumulado com Reversão de Bens Imóveis desses dez hectares, em favor do Município, para que depois, acontecendo essa decisão, o Prefeito possa, querendo, fazer uma ZEIS – uma Zona de Integração Social e abrigar essas mais de trezentos e cinquenta pessoas ordeiras e pacíficas, moradoras do bairro Universitário. Seria uma fórmula fantástica de resolver o problema. Muito bem, infelizmente naquela semana, a Juíza titular da Vara, adoecida estava, e veio um Juiz substituto lá do interior e que não sabia e nem tinha obrigação de saber, do detalhamento da situação processual e antiga aqui de Porto Velho, e os prazos correm e todo mundo tem seu prazo, e o Juiz, numa decisão que a gente respeita, mas data vênica a gente discorda, ele não reconheceu urgência, não deu a brevidade, não concedeu a liminar, e não concedendo a liminar, nós recorremos ao TJ que na pessoa de um Desembargador, também não reconheceu a mesma necessidade de brevidade. Enquanto isso, o Juiz da 7ª, querendo cumprir o papel dele, porque ele também está sob a égide da Lei e desde dezembro o processo já estava julgado, já estava maduro, já não tinha mais o que recorrer, ele falou: "olha, por um ato humanitário, eu não vou despejar em dezembro porque é Natal e é Ano Novo, porque em janeiro é férias forense, daí vem o carnaval em fevereiro, e aí se conseguiu março, abril, maio e até agora. Quando o Juiz, disse assim: agora não tem mais conversa. Eu vou dia 10 de agosto, eu quero ver todo mundo fora voluntariamente, sob pena de fazer cumprir um despejo forçado". Mas, o que o Município poderia fazer já fez, a gente correu até a Defensoria Pública do Estado, com quem nós temos um bom relacionamento, Defensoria muito atuante também, e nós... como a terra ainda está sob um manto de um documento de que a terra ainda pertence a um particular, neste caso o Município não pode processualmente ingressar com ações desse tipo, nesse momento processual. Isso compete, para quem não tem

advogado, num feito entre particulares, compete a Defensoria Pública. Lá o Dr. Marcus, o Defensor Geral nos atendeu muito bem, comprou a ideia, chamou a seu gabinete o Dr. Guilherme Ornelas, dedicado e exemplar Defensor Público, que fez carga do Processo, tirou cópia de capa a capa, e estudou a propositura de uma ação coletiva, baseada em documentos que lhe foram fornecidos e ingressou em juízo, distribuindo uma ação, pedindo o chamamento do Tribunal para apreciação do pedido coletivo de um conflito agrário, que é previsto pelo Conselho Nacional de Justiça. Tem respaldo do Conselho Nacional de Justiça e se iludem aqueles que bombardeiam a nossa tese, de que o conflito agrário se destina exclusivamente para questões agrárias. É um ledor engano, o Conselho Nacional de Justiça, alberga a pretensão também, de imóveis urbanos, desde que haja o conflito como está havendo a pretensão já manifestada por várias lideranças desse bairro, dizendo que não sai de lá vivo. Vão opor resistência. Chegam ao extremo de afirmar: "prefiro morrer a sair de lá". Muitas pessoas falam isso. Bom, eu tenho que me ater muito à questão jurídica, e nessa questão jurídica foi acatada a liminar, foi concedida a liminar pelo Desembargador Valter de Oliveira, que com muita sabedoria, com muita paciência, já antevendo esse choque, remeteu, deu a liminar e remeteu o processo para o Pleno do Tribunal de Justiça. Lá, todos os Desembargadores, no dia 24 do corrente mês e ano, se pronunciarão a respeito.

Eu quero fazer meus registros, porque vamos falando e esquecendo de falar quem nos dá a mão, quem forma o elo para formar uma corrente em defesa dessas pessoas e às vezes, pelo apertado da hora, nos esquecemos de agradecer. Eu dei uma olhada para cá e vi o Dr. Fabrício Bensiman, que foi o braço direito, se não fosse ele, esses documentos não teriam vindo ao nosso encontro. Eu quero agradecer de público e se alguém, se eu estou esquecendo de agradecer alguma pessoa, me perdoe, eu tenho problema de visão não estou conseguindo enxergar a todos, mas eu quero agradecer, porque nós nesse momento, estamos fazendo uma corrente unida para ver se a gente consegue na justiça essa situação. Quero agradecer, também, o Dr. Guilherme Ornelas, que foi muito prestativo e muito inteligente na propositura da ação.

Eu estou aberto a tudo e qualquer indagação que porventura seja feita, e me coloco a inteira disposição não só aqui, como lá na PGM, no Gabinete, a inteira disposição do nobre Deputado, dos senhores da Mesa, dos Srs. Deputados Estaduais de todas as autoridades aqui presentes, sobretudo, do Ministério Público do Estado também e conclamando o Ministério Público do Estado, conclamando o Ministério Público Federal para que se una a nossa causa, para que verifique o processo, veja o que está acontecendo para ver se nós temos ou não razão, nós temos convicção de que nós temos razão, nós queremos reverter essa situação somando esforços com a Defensoria Pública do Estado.

Muito obrigado.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Sr. Presidente, registramos a presença do Sr. Deputado Estadual Só Na Bença, do Sr. Fabrício Bensiman, Secretário Municipal Adjunto de Regularização Fundiária da SEMUR e do Sr. Luiz Mário de Freitas, Controlador Geral do Município em exercício.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passo a palavra ao Sr. Rubens Nascimento, Superintendente do Desenvolvimento da Regularização Fundiária – SUDER.

O SR. RUBENS NASCIMENTO – Sr. Deputado Jesuíno, mais uma vez muito obrigado por convidar o Estado de Rondônia a se fazer presente nessa ampla discussão.

Cumprimento o Deputado Só Na Bença, também parceiro nosso e do Governo do Estado, e cumprimento na pessoa do nosso Secretário Sales, todos os membros da Mesa, o Presidente da Associação; Ricardo Fávoro aqui com o nosso Vice-Governador e dizer Deputado, que a Secretaria de Desenvolvimento, a Superintendência de Desenvolvimento está aqui representada pela Dra. Quilvia também que é Diretora Executiva dessa instituição e nos acompanha também os nossos técnicos, o Dr. Diego, o Carlos Augusto que tem acompanhado bem intimamente todas essas discussões. Mas eu ouvi com bastante atenção Dr. Carlos, a sua fala e essa cronologia que o senhor fez a respeito de todo esse processo até para facilitar o entendimento de todas as pessoas que estão aqui que muitas vezes não sabem o trâmite, em que pé está à situação. Louvar nesse caso também a decisão do Tribunal de Justiça, na pessoa do nosso Desembargador, Dr. Valter de Oliveira, em reconhecer a necessidade de se suspender essa ação em função do impacto social que isso causaria. É importante ver que muitas vezes se atentam ao estrito cumprimento da Lei, muitas vezes não se observa o impacto social que isso pode causar a essas famílias, mas detalhadamente observando a sua fala, eu observei que o município tem uma ação paralela para a retomada da área em função dos vícios que ela se apresentou ao longo do processo para o qual foi constituída e ao que me parece essa ação está correndo fora da decisão principal da liminar. O senhor sabe o motivo porque isso não foi, esse processo não foi juntado até para facilitar essa decisão?

O SR. CARLOS DOBBS – Não, nobre Superintendente. O processo de 54 laudas com mais de 200 documentos eu juntei por petição ao Juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública onde corre a Ação de Reintegração de Posse, e o Dr. Guilherme Ornelas juntou essa documentação perante o Tribunal de Justiça onde conseguiu a liminar. E essa cópia desta minha ação eu haverei de gabinete em gabinete e gostaria de ser acompanhado das autoridades, sobretudo, do Deputado e das autoridades municipais e estaduais de gabinete em gabinete para mostrar a cada Desembargador o tamanho do problema.

O SR. RUBENS NASCIMENTO - Perfeito. Outra pergunta que eu faço é importante até para a gente deixar que todos fiquem bem acompanhados.

Além dessa propositura, dessa ação que o senhor tem, o município teria outra alternativa, caso, uma decisão contrária aos interesses da população que está aqui, o município teria algo onde nós pudéssemos acomodar essas famílias, caso, uma decisão não de acordo com o que se espera judicialmente?

O SR. CARLOS DOBBS – Caso seja indeferido?

O SR. RUBENS NASCIMENTO – Sim.

O SR. CARLOS DOBBS – O que o município tem a oferecer?

O SR. RUBENS NASCIMENTO – Sim.

O SR. CARLOS DOBBS – Isso eu tenho que me reportar ao gabinete do Prefeito porque foge da minha função de Procurador e eu tenho que me ater à parte jurídica. Eu não posso aqui

cometer irresponsabilidade de prometer sem poder cumprir, sem saber dos detalhes.

O SR. RUBENS NASCIMENTO – Então, até agora, não tem outra proposta do município. Caso haja uma decisão contrária, o município ainda não tem uma visão sobre isso?

O SR. CARLOS DOBBS – É. Sendo, havendo o trânsito em julgado, já não cabe mais ao município, o município ainda tem, em tese, outra tese que é uma ação rescisória porque o Douto Juiz da 7ª Vara entendeu que em sede de ação de Reintegração de Posse, não precisa ele comunicar ao ente público se tem ou não tem interesse naquela causa. E o município de Porto Velho, em momento algum, desde quando começou esse processo que foi, eu acho que eu não expliquei isso, a ação de Reintegração de Posse foi movido em 2007, e só agora em 2014, finalmente foi julgada e nessa ação o Juiz em momento algum convocou o município para dizer se tem ou não, interesse na causa. É habitual, a nossa jurisprudência diz que sim, o Juiz deve, por cautela, por questões como essa daqui, por envolver questões sociais, problemas de alta magnitude, de relevância para a sociedade, o Juiz deve ter a cautela de fazer um comunicado ao ente público estadual, e a Dra. Quilvia já me confidenciou que inúmeras vezes, ela está cansada de receber de outros juízos de outras Varas, um ofício: diga o Estado se tem interesse nessa causa que envolve particulares, porque, de repente, no meio do caminho tem lá um pedaço, tem alguma coisa que interessa ao Estado ou à União ou ao município. O douto Juiz acha que não precisa e nós respeitamos. Não estou aqui para criticar, não vim aqui para isso e nem estou criticando. Estou dizendo que tem jurisprudência dizendo que é necessário mandar, sim. Então, agora é cabível o quê? Uma ação rescisória. Como o conflito ainda perdura entre particulares, eu não consegui ainda desconstituir, ainda não foi nem iniciada a liminar e nem no mérito, não houve o julgamento do meu pedido, a terra é dos particulares. E sendo dos particulares, como ainda é; a ação rescisória só é possível processualmente, só tem legitimidade a Defensoria Pública. E estamos em tratativas com o Dr. Guilherme para essa propositura dessa ação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só para dar dinâmica, porque tem, eu vi que o Subsecretário teve interesse em se manifestar... o Estado, para fazermos as perguntas depois que acabar, até para não ficar... tem que ouvir ambas as partes também, outras pessoas. Eu quero ouvir a Dra. Quilvia, eu quero ouvir o Ricardo, a SEDAM não vai falar, porque ele está aqui para ser ouvinte, como ele falou, ele se absteve de falar. Só para a gente...

O SR. RUBENS NASCIMENTO – Perfeito.

Deputado, a pergunta é pertinente até para que a gente ouvisse qual era realmente... o que o município poderia ter nessa questão, porque é fundamental isso. Caso uma decisão venha a ser contrária, é importante que se encontre uma solução para isso. Eu acho que é isso que nós estamos procurando. É por isso que o Estado está aqui. Eu queria dizer para o senhor que o Estado está aqui como parceiro nesse processo. Eu acho que essas famílias, estão muito bem representadas, porque não só o Estado de Rondônia está aqui por determinação do Governador, mas também a Assembleia Legislativa, a Defensoria Pública, o Ministério Público e toda a equipe que está aqui voltada para isso. Porque anteriormente

se via muitas dessas ações aqui, mas eram especulativas, eram bairros que eram invadidos com especulação imobiliária, comércio, a indústria da invasão realmente tinha. Aqui não, a gente vê que são famílias realmente que estão voltadas para buscar o seu lar. Como aquela moça falou agora a pouco aqui, que é a sua casa, é o seu lar. E eu vejo, Deputado, nós estamos aqui para contribuir no que for necessário, e o Estado vai estar aqui. Por isso nós estamos discutindo, já há algum tempo algumas soluções para isso, esperando exatamente que o município tome a iniciativa, porque é o papel realmente do município tomar essa atitude, para que nós Estado possamos demandar também naquilo que for necessário, quando chegar os nossos interesses aqui, para que as famílias não sejam prejudicadas caso haja uma decisão contrária com relação a isso.

O SR. CARLOS DOBBS - Para encerrar, dentro desse elo de ligação dessa corrente unida, vamos dividir o tamanho do fardo. Vamos ver o que Governo do Estado tem para oferecer, o que a Assembleia Legislativa tem para oferecer, o que o município, oportunamente, terá para oferecer. Vamos somar os esforços nesse sentido. É uma luta em conjunto.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Como eu digo, realmente aqui ninguém está para ficar só em discurso. Eu ouvi atentamente sua explanação, Doutor, eu vi também o Estado preocupado realmente. Como eu digo sempre, eu sou Vice-Presidente dos Diretos Humanos nesta Casa; Presidente da Comissão de Segurança Pública, vejo as duas situações contraditórias. Quando os militares vão em cumprimento, quem vai cumprir o mandado de reintegração, com certeza são os militares, quando é de âmbito do Estado ou o município, são os militares. Ali estão sob o cumprimento de uma decisão judicial e eles devem cumprir por conta da ação. Só que eu quero dizer que direitos humanos para mim, é meu entendimento, é preservar a integridade física dessas pessoas também, não do meliante que está na cadeia ali. Nós temos também que buscar isso, a integridade, que é o princípio constitucional, do artigo, que eu digo, da Constituição Federal, artigo que diz: “direito da dignidade da pessoa humana”, e está ferindo de morte. O juiz está *adstrito* a julgar o que está no papel realmente, a documentos, mas como houve, eu, pelo bom senso do magistrado, ele deve usar aquela palavra, ele tem a discricionariedade de julgamento e falar: “ôpa, tem uma coisa aqui meio errada”. Eu sei que está julgando ali, posse, mas foi suscitado pelo município, pelo Estado, e o próprio Ministério Público deve acompanhar como fiscal da lei, *custos legis* ali, deve acompanhar e outras pessoas: “ôpa, essa situação tem alguma coisa contrária”. Aí tira as pessoas, e com certeza vai ter um confronto, vai se tornar igual foi na época do confronto de Corumbiara, Eldorado do Carajás, e aí, quem é que vai responder? Os Policiais Militares que vão estar lá, 07 sendo julgados, pegando setecentos anos. Isso também eu não vou permitir. Pode ter certeza disso. Nenhum militar deve passar por uma situação dessas, entendeu? Hoje tem as câmeras, tem o celular, hoje tem em toda parte, o aparato de reportagem, filma um cidadão que está em determinado momento tentando defender aquilo que é de fato de direito, atenta contra o policial, joga uma pedra ou algo assim, alguém que também é um malfeitor, atira, faz alguma coisa, aí começa o disparo e mata. Quem vai ser responsabilizado? É o juízo? Não. É aquele que está cumprindo a ordem. Eu, como fiscal,

enquanto estiver neste mandato, eu não tenho receio, eu sempre digo, vou me expor com qualquer um, eu estou em defesa do povo, enquanto estiver em nome do povo, eu vou fazer o meu papel e bem feito, pode ter certeza disso. Se for para com vocês, eu vou estar lá, ninguém está aqui para instigar o não cumprimento, a questão da Lei ou algo assim, mas existe, como disse o doutor, bem de forma explanada aqui, algo que gera a súmula, salvo engano, é a 487 que a questão dos atos administrativos pode ser revisto a qualquer momento. Imagina nesse exato momento que a ação, a sentença é imutável, e com certeza é imutável, mas existe ação rescisória. Então, por exemplo, eu vou passar, eu posso passar à tarde todinha fazendo explanação, mas eu quero dizer a esta Casa, ao Parlamento, que a democracia é isso. Quando se elege um governante, seja um Executivo, um governador, é para nos representar, um Prefeito, um Vereador, um Deputado Estadual, ou Federal, um Senador, é para ele estar aqui em defesa dos senhores, monta-se comissão e essa é a formatação que eu tento trazer para esta Casa, não adianta fazer Audiência Pública para mera discussão, blá, blá, aqui não, nós temos que montar comissão junto com o Desembargador, se for necessário ir ao CNJ e falar: olha a situação em Rondônia, está uma situação insustentável. Como é que uma pessoa dá uma sentença... o Juiz cumpre de primeiro grau, porque com certeza está cumprindo o papel dele, mas tem uma coisa maior que é a vida do ser humano que está sendo afetada, dos senhores, das senhoras, das crianças, e as crianças são o futuro do nosso Brasil, e estão sendo também afetadas. Podem ter certeza senhores, que estarei junto e às pessoas que aqui se fazem presentes, viu Superintendente? A minha fala é depois que eu ouvir a Dra. Quilvia, o Dra. Ricardo, para colocarmos as perguntas necessárias. O Dr. Rubens falou que, não tem legitimidade, realmente não tem legitimidade, o Prefeito, no caso, a Procuradoria Municipal já fez as devidas ações judiciais, mas hoje, nós temos a Defensoria Pública que está fazendo seu papel. Então, existem ações que estão dentro do prazo de dois anos, ação rescisória, temos a questão de outras demandas que podem ser peticionadas, é uma soma de ações que eu, se eu fosse juiz, o próprio Desembargador agiria da seguinte forma: vamos aguardar até que... passou vinte cinco anos ou mais, aí vem um cidadão desses dizer: "opa! Agora tem gente lá dentro, agora é hora de eu colocar a minha asinha de fora e vou cobrar o valor". Ele não fez nada pela terra, não pagou imposto, cadê a devida responsabilidade que ele deveria ter? Isso já está virando constante aqui nesta Casa, e temos que acabar com isso. CPI também deve ser feito. Sou Presidente de uma CPI da Evasão Fiscal, mas para mim uma CPI de grande importância seria dessas questões fundiárias, seria também para chegar aos autores, às pessoas realmente que têm quantas terras, porque tem gente aqui que é dono de Rondônia praticamente toda. Então, nós temos também que fiscalizar.

Passo a palavra para a Dra. Quilvia, não, para o Dr. Ricardo Fávaro. Pode se manifestar.

O SR. RICARDO FÁVARO – Boa tarde a todos.

Cumprimento a todos da Mesa em nome do Deputado Jesuíno Boabaid, em nome do Vicente, cumprimento a todos os presentes. Quero dizer que sou advogado, tenho acompanhado essa causa também há muito tempo, e hoje, estou representando o nosso Vice-Governador do Estado, Daniel Pereira, que está numa agenda fora do Estado e pediu para que acompanhássemos, como a gente já vem acompanhando

toda essa ação que vem afligindo todos aqui. Quero parabenizar a explanação pausada o Dr. Carlos Dobbs, que conseguiu esclarecer muito bem uma história de trinta anos em quinze, vinte minutos. Parabéns, foi muito sábio, explicou com muita clareza tudo aquilo que muitos ainda tinham alguma dúvida. O Daniel pediu para que eu viesse aqui representá-lo e colocar o nosso jurídico lá do gabinete à disposição de vocês na qual eu faço parte. Inclusive, estivemos a semana passada no Tribunal de Justiça, pleiteando juntamente com o pessoal do Governo do Estado, da Defensoria Pública, Dr. Guilherme, Dra. Quilvia, Dr. Diego, e lá, eu sempre coloco, Dra. Quilvia, que às vezes se faz uma petição, Deputado, e não se consegue passar para o julgador através de papel, através de uma petição, de uma escrita a real situação. Então, é fundamental essa presença, essa parte oral, se olhar no olho daquele que julga e levar a real, aquilo que está acontecendo no bairro. E quando saímos de lá, a Dra. Quilvia, olhou e falou: "a gente sai daqui com uma esperança e tenho certeza que sexta-feira à tarde, nós vamos conseguir a suspensão dessa decisão". E foi o que aconteceu. Então, quero parabenizar o Dr. Guilherme, da Defensoria, foi brilhante em suas explicações, e a gente pode colaborar através do nosso Vice-Governador Daniel Pereira. Então, nos colocamos à disposição.

Quero parabenizar a prefeitura, o Prefeito que sempre tem acompanhado, e a pergunta que o Superintendente colocou, tenho certeza Superintendente... primeiro, eu acredito que nós não vamos perder porque aqui tem união, e aonde tem união, aonde tem organização, aonde tem perseverança se tem vitória, eu acredito na vitória e tenho certeza que com tudo que o Dr. Carlos Dobbs levantou, tenho certeza que no dia 24.08 do ano corrente, lá no Pleno, vamos ter mais uma vitória e tenho certeza, Dr. Carlos Dobbs, que você vai ter uma vitória também, e tenho certeza que esse povo vai ter a vitória, porque eles merecem, são ordeiros e vão ganhar. E também tenho a certeza que se o pior acontecer, o Governo através do nosso Governador Confúcio Moura, do nosso Vice-Governador Daniel Pereira, da Assembleia Legislativa, que sempre abriu as portas para essas causas sociais, está aqui o Deputado Jesuíno Boabaid, estava aqui presente agora, o Deputado Só Na Bença, e tenho certeza que todos os Deputados vão comprar essa briga. A prefeitura de Porto Velho, através do Prefeito Mauro Nazif e sua equipe... eu tenho certeza que esse povo não vai ficar desamparado porque é uma questão de justiça, e acima de tudo, acima de qualquer Lei, nós temos uma coisa maior que é a dignidade da pessoa humana, ela está acima de qualquer Lei, acima de qualquer resolução, de qualquer decisão judicial. O princípio da dignidade à pessoa humana, nós vamos lutar por isso até o final, estou à disposição como advogado, como assessor do Vice-Governador, como cidadão e como uma pessoa que quer ver essas pessoas vencerem.

Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passo a palavra a Dra. Quilvia.

A SRA. QUILVIA CARVALHO – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o nosso Deputado Jesuíno Boabaid, e parabenizá-lo mais uma vez por essa iniciativa de está lutando em parceria com o Governo do Estado, o município em prol dessas famílias que tanto sofrem... nós estamos com várias situações.

Como eu falei anteriormente nas últimas Audiências, nós temos um problema seríssimo aqui no município de Porto Velho.

Essa situação não é a primeira, nós temos várias situações, nós temos que nos unir e buscar uma solução para isso, para evitar esse tipo de demanda.

Gostaria de cumprimentar o Ricardo, o Dr. Ricardo. Muito obrigado pela sua atenção, em nome do Daniel Pereira que está sempre junto nessas causas fundiárias, sempre tentando resolver esses problemas coletivos; o Secretário, o Sales, o Secretário da SEDAM, adjunto da SEDAM, os nossos cumprimentos. O nosso Superintendente da SUDER, o Rubens; Dr. Carlos Dobbs, o nosso querido Procurador do município, muito atento, muito parceiro, faz parte do Governo do Estado nessas causas, eu acho que se ele pudesse mudar tudo do município ele mudaria, mas ele é um só, ele não consegue. Então, nós temos que ressaltar essa iniciativa, essa luta dele em querer mudar, solucionar a situação, as causas que acontecem no município. E o senhor Vicente, é o Presidente da Associação dos Moradores, que está aí lutando muito, também, por esta causa, e nós não vamos medir esforços, viu Vicente? digo aqui a toda população, nós estamos firmes e fortes em prol da permanência de vocês nessa área e nós vamos conseguir, já conseguimos conquistar, e vamos conseguir, é uma etapa muito difícil, que não foi fácil essas ações. O município ingressou com ação anulatória, tentando anular isso, o pedido de liminar foi negado, depois entrou-se com agravo, novamente foi negado. Mas isso não quer dizer que é para desanimar. A Defensoria Pública veio com tudo, abraçou a causa, conseguimos o deslocamento para a Vara Fundiária, para a Vara Agrária e se Deus quiser dia 24 vai ter uma visão com outros olhos do Judiciário. Acredito que o Judiciário agora, está vendo a situação de uma forma diferente, como o Dr. Ricardo mesmo disse, a situação do papel é uma coisa, a partir do momento que você vai lá e passa as informações como devem ser, começa a mudar, e acredito que se a gente tivesse feito isso com firmeza no início das ações, nessa ação com o Dr. Danilo, acredito que não estaria com esse problema, ele teria uma visão diferenciada, mas infelizmente no decorrer do trâmite não foi possível ter esse diálogo como nós pretendíamos. Então, o que nós estamos fazendo aqui hoje? Tentando buscar uma solução para o problema. O município de Porto Velho já se pronunciou dizendo que não tem uma definição, que precisaria conversar com o Prefeito. Dr. Dobbs, com todo o respeito que eu tenho pelo município, pelo senhor, com todo o respeito que eu tenho por todo o trabalho que tem feito, gostaria até de ressaltar a presença do Promotor de Justiça, o Dr. Adilson que também está acompanhando e gostaria de chamar atenção mais uma vez, viu doutor? sobre essa situação fundiária do município de Porto Velho. Dr. Dobbs, eu acho que nós temos que... na verdade o Prefeito Mauro Nazif, teria que ter vindo também nesta Audiência para que, a gente tem que sair daqui com uma solução: "Tem o Plano A, então vamos ter o Plano A, se não dê certo o Plano A, a gente tem que ter o Plano B". A gente não pode sair daqui para verificar uma situação amanhã: "se não dê certo o Judiciário, amanhã nós vamos ver". Não, vamos sair com uma solução daqui de fato, as famílias estão querendo isso, elas estão sofrendo, eu acompanho diariamente o sofrimento deles. Eles vão todos os dias praticamente lá no CPA atrás de uma solução, atrás de uma atenção especial sobre isso. Então, eu acho que se o Prefeito pudesse vir aqui agora, dar um jeito, porque precisamos sair daqui com uma proposta, não podemos sair daqui mais um dia sem uma definição. O Governo do Estado está aqui pronto, o Governador Confúcio

Moura nos incumbiu, eu e o Rubens, de resolver o problema. Temos que ter uma saída para essas famílias, elas não podem ser prejudicadas. Foi uma transferência viciosa, uma transferência que não cumpriu a função social da propriedade, não cumpriu a finalidade para qual foi doado que era para exercer, seria hortifrutigranjeiro, não exerceu. Então, existem várias, não teve licitação, não teve autorização Legislativa. Olha aí, o Judiciário tem que ter mais alguma dúvida porque isso é vicioso, porque isso foi errado, 350 famílias vão ser prejudicadas por uma ação lá no passado e vai ficar nisso? Vai ser retirado pronto? Não pode ser assim. A gente precisa ter um Plano A. O Plano A é o quê? Qual é a proposta do município? Não temos. Mas precisamos ter uma proposta, precisamos buscar algo, vai tentar um acordo com o proprietário? O proprietário tinha que está aqui, o suposto proprietário tinha que está aqui também. E vai ficar nisso? Não podemos. Então, vamos ser práticos. Existe o problema, existe a transferência que foi feita indevidamente, viciosa na época. O município com a maior boa vontade trouxe essa discussão novamente, ingressou com ação, o Prefeito Mauro Nazif está empenhado nessa situação, só que nós temos que ser práticos. Existe o vício, e se a justiça não conceder, essas famílias vão sair de lá? Será que nós temos que fazer uma mesa redonda, sentar e verificar outra área? Nós vamos fazer, ter um diálogo com o proprietário para verificar se a gente pode fazer uma proposta providencial? Enfim, vamos, a gente tem que buscar uma solução para essa situação, não é sair daqui com mais um dia, se estender... e o sofrimento e a aflição desse povo? Eu confesso que eu estou sentindo na pele a aflição deles porque todos os dias nos procuram e o Governador fala: Quilvia, não meça esforços, veja o que é possível fazer. Mas, a gente precisa de uma posição do município.

O SR. CARLOS DOBBS – Eu queria um Aparte.

A SRA. QUILVIA CARVALHO – Ok.

O SR. CARLOS DOBBS – Por favor... obrigado.

É o seguinte, na minha fala eu omiti, esqueci de falar do motivo da ausência do Dr. Mauro. Ele nesse momento, encontra-se em São Paulo, onde o irmão dele, o Dr. Gilson Nazif passa por uma delicada operação do coração, ele teve que acompanhar o irmão. Mas, friso também salientando a situação, o que o município pode oferecer, eu não tenho as credenciais para falar o que é possível fazer, eu já lhe disse, que o município não dispõe de previsão orçamentária para essa natureza, não há como fazer nenhum destaque e nem uma Emenda.

A SRA. QUILVIA CARVALHO – Não existe a possibilidade de se achar uma área e conversar com o proprietário e fazer essa proposta, para que ele faça uma permuta?

O SR. JESUÍNO BOBAID (Presidente) – Eu vou passar para o Fabrício e ele vai poder falar.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Boa tarde a todos, boa tarde Presidente, o qual eu cumprimento todos à Mesa.

Já pelo tardar da hora vamos passar as discussões.

Quanto à área Quilvia, o município de Porto Velho encontra-se, infelizmente, totalmente desprovido de área para

ocupações dessas famílias, de grandes áreas para as famílias, como é o caso do bairro Universitário. Mas vale ressaltar que o município nunca, eu repito, nunca na gestão o Mauro Nazif, deixou qualquer família que fôra retirada de empreendimentos ou de localidades sem a devida assistência. Eu devo ainda por obrigação, por admiração que eu tenho a pessoa, elogiar a postura do Dr. Marcos Edson, hoje Defensor Geral do Estado de Rondônia, que brilhantemente escolheu o Dr. Guilherme Ornelas que tem experiência vasta em questões agrárias. E por sorte, eu acredito que tudo tem a mão de Deus, a Titular daquela Vara que não tem tanto jogo de cintura, por assim dizer, em questões agrárias estava de licença. Então, foi uma felicidade o Dr. Guilherme ter sido designado para atuar nesse caso. A senhora questiona quanto às ações dos municípios, e eu quero deixar claro aqui para toda a população que nós não vamos desistir na questão judicial. Se o Pleno vier e disser que não vai, que vai reintegrar, já está discutido com o Dr. Dobbs, já está discutido com o Dr. Chiquinho aqui da PGM ações administrativas, como já foi dito diversas vezes a administração pública pode rever seus atos e tem outras ações através do CNJ administrativas que nós podemos ver. Isso já está sendo discutida há várias semanas, estamos amadurecendo a ideia para que não ocorrer de fazer uma ação precipitada e venha a ofender o Judiciário, porque isso acontece, isso pode vir a acontecer. Então, a nossa preocupação hoje, inclusive o Dr. Dobbs foi a SEMUR e conversei comigo, e eu falei: Dr. Dobbs, essa ação administrativa vamos aguardar a decisão do Pleno. O Pleno decidindo a favor da população, fantástico, vamos está lá presente, inclusive, eu gostaria de estar presente, vou me fazer presente. E se ele decidir ao contrário nós tomamos as medidas administrativas. Quanto ao Judiciário, em 1ª instância, eu preocupado com a população, do início de 2013, quando Dr. Dobbs e eu, o Dr. Chiquinho começamos a movimentar esse processo para tentar ajudar as famílias do Universitário, eu procurei o Juiz titular daquela Vara, procurei como advogado que sou e procurei com o então Coordenador Municipal de Regularização Fundiária de áreas privadas, e nem sequer o Juiz quis discutir o assunto comigo, falou que o município não teria interesse naquela, e porque quê eu gostaria de ter interesse naquela causa se eu estava ali como ente municipal e não como advogado? Então, eu me recolhi para não entrar num atrito junto ao Judiciário que poderia até ser prejudicial às famílias daquela localidade. Mas em nenhum momento, o Dr. Dobbs, está cumprindo o papel dele da PGM. O PGM é um ente jurídico do município no qual tem que se preocupar com as possibilidades jurídicas que a PGM pode alcançar. Mas a SEMUR através da Márcia Luna, através da determinação do Dr. Mauro, sempre vai ajudar a comunidade em qualquer que seja a decisão do Judiciário.

Obrigado.

A SRA. QUILVIA CARVALHO – Fabrício, parabéns pela explanação.

Dr. Dobbs, eu acho que o senhor queria concluir, não é?

O SR. CARLOS DOBBS – O Dr. Fabrício Bensiman se expressou muito bem e disse que eu pretendia encerrar.

Então é isso, nós ainda temos uma bala na agulha.

A SRA. QUILVIA CARVALHO – Ótimo.

O SR. CARLOS DOBBS – Após o julgamento do Tribunal de Justiça, oportunidade em que eu conclamo nesse momento o Estado e a Assembleia Legislativa, para que nós elaboremos um documento que pode ser ofertado em caso de insucesso... mas estamos confiante no êxito.

A SRA. QUILVIA CARVALHO – Ótimo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Dra. Quilvia, tem alguma coisa?

A SRA. QUILVIA CARVALHO – Olha, o Governo do Estado que ele pode propor é o seguinte: nós em Mesa redonda, hoje, eu e o Rubens, nós chegamos ao entendimento que precisa ter uma solução e nós viemos, óbvio, para uma Audiência Pública produtiva, nós viemos com o propósito do Governo do Estado. O Governo do Estado esta aqui propondo que, caso a ação não seja julgada procedente, caso não tenha êxito, nós vamos propor ao proprietário, que fique registrado isso aqui, viu Deputado? Tem uma área, tem um setor hortifrutigranjeiro, onde nós podemos, que é uma área do Governo do Estado onde nós temos um plano para lá, e vamos fazer uma proposta ao proprietário, caso ele concorde, as famílias permanecem na área onde estão e nós respeitando todos os procedimentos, claro, nós faremos a proposta de disponibilizar esta área a ele, ao Sr. Ubirajara. Então, essa é a proposta do Governo do Estado, essa é a proposta do Governador Confúcio Moura em prol das 350 famílias, lutando pela permanência delas na área.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)- Eu estava pensando... o que eu vou tentar, agora, aqui, porque a parte não está aqui, o município como falou, é um ente que entre a cadeia do Estado e o município, nós sabemos que o município...

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Pela ordem, Deputado, vale ressaltar que, Dr. Dobbs, eu perdi uma pequena parte da fala porque eu estava na Câmara resolvendo um projeto de lei e não sei se ele chegou a falar, mas essa ação que está sendo discutida na Justiça, ela remete a posse, em nenhum momento, repito, em nenhum momento o juiz reconhece a propriedade do Sr. Ubirajara. Então, se o município também vier intervir em questões de discutir com o proprietário, eu consegui o endereço e telefone do real proprietário que é o casal Isabel e Armando Dias Sabino, e aí sim, nós discutiríamos junto ao proprietário e não ao Procurador.

O SR. RUBENS NASCIMENTO – Então, Deputado, esse era o motivo da pergunta que eu tinha feito inicialmente ao Procurador, porque o Estado tem essa solução na mão, essa é uma solução que foi muito bem construída isso ao longo desse período, caso tivesse uma decisão desfavorável que eu acredito que não vá ocorrer, eu tenho certeza absoluta que pelo trâmite processual, pelas provas que estão dentro do processo, pelo clamor público que está dentro, por tudo que foi apresentado dentro do processo, dificilmente o Tribunal dará uma decisão desfavorável a isso, por tudo que está incluído nessa ação, eu acho difícil isso, mas nós temos que entender que decisões judiciais precisam ser cumpridas. Embora que nós tenhamos aqui Poder Executivo, o Legislativo, ainda com o apoio do Ministério Público e da Defensoria Pública, o município, todos envolvidos nesta ação nós temos sempre que ter, como a Dra.

Quilvia falou, o plano B para isso, e foi para isso, Deputado, que nós viemos aqui com essa informação do Governo do Estado, do Governador de ter essa carta na manga para que não haja de nenhuma forma uma ação de surpresa para essas famílias que estão aqui, vai depender, caso uma ação dessa seja desfavorável ao processo das famílias, há a coerência e o entendimento do posseiro, não posso chamar proprietário, mas posseiro, porque nós não estamos discutindo propriedade, isso é outra coisa. É bom que a gente deixe bem claro isso, e aí sim, aí será uma outra fase em que o Governo do Estado assumiria essa discussão, mas neste caso as famílias estariam protegidas. Esse é o motivo pelo qual nós viemos aqui, como a Dra. Quilvia veio falar, nós não viemos para Audiência Pública para estar fazendo blá, blá, blá, ou trazemos uma solução ou não vem, não vem discutir.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Aí sim fala a minha língua. Esse negócio de ficar só discurso para mim é.... Dizer, senhores, que o prefeito e a prefeitura estão fazendo o seu papel, também está. O que eu vejo e peço à prefeitura, é que vá até o final das ações, com as demandas judiciais que está discutida aqui, que é a questão da posse do posseiro. A propriedade é uma outra demanda da qual a prefeitura já se manifestou, lembrando que irá ficar registrado nos Anais desta Casa, em Ata, em filmagem, tudo registrado devidamente. Vou encaminhar, caso seja requisitado as Atas que são, tudo que é falado aqui é registrado. Dizer também, eu quero reconhecer o Governo Confúcio Moura, tem a sensibilidade em fazer justiça com essas pessoas, isso é papel de um Governo, Governo tem que cumprir assim, tem uma situação que realmente traz a necessidade de uma intervenção necessária. Então, ele tem que nesse exato momento pegar e tomar a ação, assim como o prefeito está fazendo com as ações também devidas, e nós aqui é um compromisso desta Casa que quando for necessário, se for necessário, chegou ao final, não teve decisão contrária as pessoas, aos ocupantes daquela área. Esta Casa não irá medir esforços, vai provar na mesma hora, viu Quilvia? vocês encaminharam projeto para doação dessa área para esse cidadão, para esse posseiro, é no mesmo dia à aprovação desta Casa para a intervenção, pode ter certeza disso. Vou levar também esse pleito para o Presidente, e quero registrar aqui que ele esteve presente. Neste exato momento o Presidente Maurão de Carvalho, os demais Pares... existe esse litígio, discussões, se for necessário façamos aqui também uma comissão, vejamos aí qual vai ser a questão porque o caso do Universitário tem uma coisa diferente que está tudo em litígio e a discussão está em uma altura que vai ter que ser reconhecida a propositura da demanda se é na regularização fundiária. Mas eu quero que fique registrado aqui, façamos uma comissão e iremos deliberar, no ano que vem, como vai ser os encaminhamentos, como neste ano eu acredito que vai ser uma solução plausível, viu Quilvia? procuremos também esse posseiro, mas antes de procurar, eu vejo que até por uma segurança jurídica para o município e para o Estado, tem que ter uma decisão final. Então, eu vou pedir, nós temos que marcar uma agenda com o Presidente do Tribunal de Justiça para discutir se é uma sentença sim ou não, e já sair com alguma resposta. O problema é que o Estado brasileiro também, gente, o recurso vai até o STJ, se for Matéria vai até o STF e assim sucessivamente. Então, pode tramitar por muitos e muitos anos.

Mas eu fico feliz que o Estado fez o seu compromisso aqui e se for necessário disponibilizar uma área para esse posseiro. O compromisso que ficou aqui deliberado é em acompanhar e impetrar as devidas ações, sejam judiciais e administrativas, se forem necessárias. E nós, como Legislativo, como fiscal do Estado, estamos também dispostos, se for necessário, a nossa Procuradoria, o próprio Deputado, está ali junto com vocês, na união, somando para que haja uma solução favorável, com certeza. E quem somos nós perante... eu acredito em Deus, se hoje eu estou nessa cadeira, foi por Deus, se vocês estão aí, também, é por conta de Deus. E com certeza, Naquele lá de cima que é Jesus Cristo, nós sairemos vitoriosos nessa luta.

Alguém quer se manifestar? Se alguém quiser falar.
Quer falar Quilvia?

A SRA. QUILVIA CARVALHO - Quero.

Eu acho que seria muito louvável solicitar essa Ata e encaminhar de imediato. Eu acho que é bom conversar com o Dr. Guilherme, o Defensor, para estar encaminhando de imediato ao Judiciário, para que eles tenham ciência disso que aconteceu. Inclusive, quando nós fomos lá conversar com o Desembargador, Dr. Valter de Oliveira, eu informei a ele que haveria essa Audiência, e eu vou, eu convido até o Deputado para estar nos acompanhando, Ricardo também, o Dr. Dobbs, para a gente retornar lá e conversar, explicar como foi a Audiência, o que foi proposto, qual o acordo que foi chegado. Isso vai ajudar muito na decisão do Pleno.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, ficou dessa Ata aí, ser encaminhada. Vou pedir para a Assessoria fazer uma Ata resumida dos pontos principais. A Ata principal vai ser, não sei quantas laudas, quarenta ou cinquenta. Mas encaminhamos também anexo, vou pedir uma celeridade lá. Até sexta-feira, até porque eu tenho que dar um prazo para elas, mas finalizamos essa Ata. E no que depender de nós... a Quilvia sabe, é uma parceira. Quando eu conheci a Quilvia foi em uma Audiência de discussão também da figura A. Ela chegou aqui muito simpática, sempre atuante, montamos uma comissão, teve as reuniões. E quero dizer também, vale lembrar que foi através dela que o Estado de Rondônia, reconheceu que está matriculando a figura A. Essa área que é a figura A, foi onde nasceu Porto Velho. Então, o Governo reconheceu, foi o Governo Confúcio, não é? reconheceu a questão da recomendação legislativa, que foi proposta por esse Deputado, pela questão da Comissão da Segurança, pela Comissão da Habitação. E hoje a figura A vai ser, se Deus quiser, vai ter a sua matrícula. Lembrando que o Município vai ser percussor também, já está fazendo a questão do georreferenciamento, está fazendo a questão das medições necessárias, e se for necessário, ele vai também, no caso, ao final escriturar os imóveis que se encontram aqui nessa área. Lembrando, que essa discussão é centenária. Não é igual a de vocês aí, é centenária. E nós entramos nessa luta. Eu digo sempre, que quando a pessoa trabalha, realmente, com forma, não adianta a gente fazer um discurso desse aqui ou uma reunião, desculpa, uma reunião dessa aqui, amanhã acabou, ninguém fala mais nada, silenciou. Não, eu cobro ali, a gente

tem que cobrar a efetivação. Sei de cada um. Eu cobro o Planalto, cobro Dilma Rousseff, eu cobro a questão da Figura A, todas as ações eu tenho que cobrar, porque é necessário.

Passar as considerações para o Fabrício.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN - Eu fico muito feliz por ter trazido à baila a figura A, apesar de não ser o tema principal dessa Audiência. Eu fico até emocionado de dizer que a empresa terminou o levantamento topográfico completo da Figura A.

Está na fase dos Técnicos analisarem o produto a ser entregue. E já... demos entrada na SPU com os pedidos de doações das áreas e da desafetação das áreas de Marinha. Então, eu acredito que até dezembro desse ano a área já esteja no nome do Município de Porto Velho, e em janeiro começamos a regularizar para a população.

O SR. JESUÍNO BOBAID (Presidente) - Dr. Rubens.

O SR. RUBENS NASCIMENTO - Não, eu acho. Estamos encerrando, não é Deputado? Inclusive os encaminhamentos foram feitos, mas eu gostaria de fazer aqui, aproveitar essa oportunidade, até porque o Deputado é membro da Comissão de Habitação. Acho que poderia fazer uma recomendação, o Município, e aqui Doutor Procurador, eu vejo muito isso, que às vezes, muito desses problemas que a gente observa, que estão ocorrendo, principalmente, dessa questão fundiária nossa, por exemplo, quando eu vejo o Doutor falar que o Estado, Município não tem mais nenhum local de expansão, isso preocupa quando temos uma Capital em franco desenvolvimento. A gente não tem um plano de expansão da cidade. A cidade começa a ficar engessada. Isso observa muitas vezes em função dessa especulação imobiliária que se deu no Estado, e hoje, vemos grandes áreas hoje engessadas e engessando o desenvolvimento. O que me preocupa, e eu digo aqui, Procurador... saiba que tem uma força mais atuante no Município, para que se evitem essas acomodações, às vezes irregulares, de construções irregulares, e que estão sendo feitas a olhos vistos e o Município tome uma providência de imediato, antes que o problema se acumule ao longo do tempo. A gente observa aqui que tem construções, hoje, e áreas que precisam ser expandidas. A gente vê ali a Campo Sales com a BR, barracos montados ao longo do trecho, que não estão nem no bairro Tupi e nem na rodovia de forma irregular. A BR precisa ser expandida, duplicada, e isso tudo atrapalha um processo que amanhã vai chegar aqui porque vai ser, na inércia do papel do Estado, e quando eu digo Estado como ente, acaba-se gerando direito, criando-se direito em função da inércia. E amanhã, aquela pessoa que estava lá, até de forma, ganhando o pão dele de cada dia, amanhã vai ser tirado e vai ter que de uma forma ou de outra, e vai ter que sair. Então, eu acho que dentro de um plano diretor do município, criar essas áreas organizadas de expansão, eu acho que isso está sendo feito agora, onde possamos amanhã evitar que trezentos e cinquenta famílias estejam aqui ocupando um local como esse aqui, defendendo uma área, como se já estivesse com um plano já organizado para isso. Isso não é sonho, eu acho que é a vontade de todo mundo, eu acho que é a vontade do administrador, do Prefeito Mauro, do Governador, de nós, dos Deputados, de todos, que a gente caminhe para essa ação e evitar isso mais tarde. Eu quero encerrar, aqui Deputado, e agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui, trazendo a mensagem do

Governador Confúcio Moura, trazendo uma proposta coerente para isso, e dizer que amanhã estaremos novamente aqui nesta Casa, participando de uma reunião com a Comissão de Indústria e Comércio, presidida pelo Deputado Aécio da TV e do Deputado Cleiton Roque, e convidá-lo também para que possa fazer, para que eles possam tomar conhecimento do novo papel dessa Instituição que foi criada, agora, pelo Governador, voltada para o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Muito obrigado, e estamos à disposição.

O SR. CARLOS DOBBS – Atento as palavras do Superintendente, quero informá-lo de que a PGM desde o governo Mauro Nazif, impetrou inúmeras ações de reintegração de posse, de emissão de posse. A SEMUR na pessoa do advogado Fabrício Bensiman, em momento algum permitiu qualquer tipo de invasão, sempre respeitando o direito de propriedade, respeitando as pessoas, respeitando tudo aquilo que é na forma da lei. O que está faltando, talvez seja um ponto mais de comunicação entre os órgãos públicos Estaduais e Municipais, oportunidade em que convido o Superintendente a dar um pulinho na PGM para que eu lhe mostre tudo, tudo aquilo que tem sido feito. Eu nunca vi um Governo Municipal tão bem entrosado com o Governo Confúcio Moura, é uma parceria indissolúvel, é para o bem da nossa Capital é para o bem e desenvolvimento do nosso Estado. É nesse ponto que eu quero louvar e dizer que estamos abertos. Inclusive, lá na Secretaria de Planejamento tem um organograma que esclarece todos os detalhes, mas o Dr. Confúcio Moura sabe de todos esses detalhes e nós haveremos de manter certamente algum Congresso Municipal, Estadual. Vamos falar com Dra. Quilvia, com Vossa Excelência, para colocarmos essa situação em dia. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOBAID (Presidente) – Essa tarde me trouxe grande satisfação em ouvir o Prefeito, eu quero dizer que eu nunca tive uma agenda com o Prefeito, até eu não sei qual é o motivo que acontece, mas, independente eu tenho nos senhores, representando o Prefeito, assim como o Fabrício, assim como o senhor Procurador, eu me sinto feliz porque eu sou portovelhense, sou rondoniense, nasci e me criei nessa terra. Então, quando há uma solução, quando há o empenho das pessoas em resolver a problemática, eu fico feliz, independente do Governo, para mim o que interessa, eu sempre digo isso, governos são transitórios, o que fica é o quê? É o povo, é a administração pública, são os servidores, isso que é fato. Eu estou no mandato aqui, então, amanhã não estou e se for também, são coisas que passam, viu Procurador? Então, eu quero agradecer hoje essa tarde, e lembrando que vou marcar uma reunião... Quilvia, você pode dizer quais são as pessoas ou você me passa os nomes das pessoas que irão compor, que farão composição dessa... vamos falar assim, desta Comissão. A Quilvia disse que gosta de Comissão, ela disse que Comissão é com ela, que lavra a Ata e a gente faz o encaminhamento. Então, vou finalizar.

Quer falar?

Vou passar a palavra para o senhor Adelson.

O SR. ADELSON SANTOS – Eu sou o Adelson Santos, Pastor Adventista ali da região, e nós temos visitado as famílias e visto a realidade deles. Então, parabéns às autoridades,

parabéns ao Presidente da Associação de Moradores. Mas Deputado, nós queremos agradecer, porque eu tenho certeza de que hoje, famílias irão dormir melhor. Porque não é somente um discurso, estamos vendo que há ações, há interesse e há uma união nessa direção de resolver realmente o problema dos moradores ali do bairro Universitário. Então, o nosso agradecimento e que Deus abençoe.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Convido a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre dessa Assembleia, aqui na lateral.
Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência às 17 horas e 06 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 232/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO Nº225/2015-SRH/D/P/ALE, de 28/08/2015, publicado no DO-e-ALE/RO, nº142, pag.2759, de 31/08/2015, conforme solicitação do Memorando nº 236/GDJB/2015, fls. 13 do Processo nº11059/2015-83.

Porto Velho - RO, 10 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 233/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Excluir o nome do servidor **ISAQUE LIMA MACHADO**, matrícula nº200161751, Assessor Técnico, lotado no Gabinete da Presidência, do ATO Nº208/2015-SRH/D/P/ALE, de 20/08/2015, publicado no DO-e-ALE/RO, nº 136, pag.2605/2606, de 21/08/2015, conforme solicitação do Memorando nº 322/GP, fls. 23 do Processo nº10657/2015-71.

Porto Velho - RO, 10 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2015/PPP/ALE/RO Processo Administrativo nº 10167/2015-77

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicandose, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e de forma parcelada de material de consumo de informática (para reposição) - CARTUCHOS E TONERS PARA IMPRESSORAS – a pedido do Departamento de Informática, conforme quantidades e especificações estipuladas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 710.724,97 (Setecentos e dez mil, setecentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07. () SIM (X) NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: 23 de setembro de 2015, Hora: 09h00min.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: 23 de setembro de 2015, Hora: 10h00min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.ale.ro.gov.br - (Licitações); www.licitacoes.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 09 de setembro de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2015/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 10167/2015-77

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicandose, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de LIMPEZA, a pedido do Departamento de Logística, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referência – Anexo I do Edital. VALOR ESTIMADO: R\$ 118.231,92 (cento e dezoito mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07. () SIM
(X) NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: 24 de setembro de 2015, Hora: 09h00min.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: 24 de setembro de 2015, Hora: 10h00min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:
www.ale.ro.gov.br - (Licitações); www.licitacoes.com.br;
Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 09 de setembro de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

ADVOCACIA GERAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2013
Processo administrativo nº. 1003/2013-16

Locatária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Locadora: ARMANDO NAZARÉ DE CASTRO

OBJETO: locação do imóvel situado na Rua Afonso Pena, nº 388, sub esquina com Rua Tenreiro Aranha, Centro, nesta cidade de Porto Velho/RO, destinado a atender às necessidades administrativas da Locatária, para funcionamento da Escola do Legislativo

PRAZO: terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 04 de setembro de 2015, com término em 03 de setembro de 2016.

VALOR: o pagamento do aluguel no valor de R\$ 4.430,08 (Quatro mil e quatrocentos e trinta reais e oito centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 53.160,96 (cinquenta e três mil, cento e sessenta reais e noventa e seis centavos) por 01 (um) ano de aluguel (equivalente ao período de 12 meses)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente Quarto Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação: -Fonte: 0100000000 - -Valor: R\$ 17.720,32 (fl.643). - -Natureza da Despesa: 339039.-Programa de Trabalho: 01122122726670000.-Evento: 400091.

Nota de Empenho - 2015NE00916 de 26/08/2015, e por ocasião, poderá haver posterior complementação correspondente ao restante dos 12 (doze) meses do período contratado.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Segundo Termo Aditivo, à fl. 25 do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2015 desta Advocacia Geral, o qual após lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes e com visto do Advogado Geral desta Casa Legislativa.

Porto Velho-RO, 02 de setembro de 2015.

Locatária: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho - Presidente
Arildo Lopes da Silva – Secretário-Geral

Locadora: Marlene Bravin da Silva
Social Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/MF sob o nº 15.850.639/0001-33 -
CRECI J0121

Visto:
Celso Ceccatto
Advogado-Geral –ALE/RO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 597,
DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça **Otávio Xavier de Carvalho Júnior**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça **OTÁVIO XAVIER DE CARVALHO JÚNIOR**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 10 de setembro de 2015.

Deputado **MAURÃO DE CARVALHO**
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 598,
DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça **Anderson Batista de Oliveira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça **ANDERSON BATISTA DE OLIVEIRA**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 10 de setembro de 2015.

Deputado **MAURÃO DE CARVALHO**
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 599,
DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça **Eriberto Gomes Barroso**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça **ERIBERTO GOMES BARROSO**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 10 de setembro de 2015.

Deputado **MAURÃO DE CARVALHO**
Presidente – ALE/RO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 101/2015

Revoga o artigo 99-A e Parágrafo único da Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º. Fica revogado o artigo 99-A e Parágrafo único da Constituição Estadual.

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 10 de setembro de 2015.

Deputado **MAURÃO DE CARVALHO**
Presidente – ALE/RO

Deputado **EDSON MARTINS**
1º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado **HERMÍNIO COELHO**
2º Vice-Presidente - ALE/RO